

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UF

MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE
COMUNICAÇÃO: PARAÍBA - 1917 - 1921

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM

TEXTOS UFPB - NDIHR Nº 3

OUTUBRO/1983

UFPBNDiHR

0. Iniciado na sala de aula como trabalho escolar, esse estudo é fruto da convergência de interesses de professores e alunos. O professor propunha a continuação de reflexões que simultaneamente estavam sendo realizadas sobre o tema, mas com o espaço histórico diverso. Os alunos buscavam ter uma "experiência mais significativa" da pesquisa na área de comunicação e para isto concordaram em prosseguir o trabalho de pesquisa num tempo extra e pós-disciplina curricular.

A conjugação de interesse também se dava pela preocupação comum com as relações, julgadas fundamentais, entre meios de comunicação e movimentos sociais, em especial, aqueles das classes subalternas e com o estudo destas relações num espaço diverso do eixo Rio-São Paulo, onde são um pouco mais estudadas, ainda que de forma extremamente deficiente.

A última e importante observação a ser feita nesta apresentação diz respeito ao caráter preliminar e introdutório deste trabalho. Este caráter deriva tanto da quase inexistente bibliografia sobre o assunto, quanto das dificuldades e limitações deste estudo. Com algumas condições de trabalho o estudo poderia ser bastante mais aprofundado, para que isto acontecesse uma série de fontes deveriam ser pesquisadas. Fontes como: pessoas contemporâneas dos acontecimentos de 1917-1921, estudos de história paraibana e regional, livros e revistas existentes no período, outros jornais são pesquisados, documentos de empresas, de instituições governamentais e de associações classistas. Desta última observação decorre a preocupação informativa apresentada por este texto e muito da sua linguagem descrita e portanto pré-científica. (+)

1. O objeto de estudo deste trabalho como indica o título são as relações entre os movimentos sociais, particularmente das classes subalternas, e os meios de comunicação na Paraíba, entre os anos de 1917-1921. O estudo destas relações implica, de imediato, em pesquisar a praxis das classes subalternas: suas condições de trabalho e de vida, seus movimentos reivindicatórios e políticos, suas formas de organização, etc., sendo tudo isso articulado em totalidades mais amplas. De outro lado, implica também em pesquisar os meios de comunicação existentes neste momento, sejam eles meios manipulados pelos dominantes ou dirigidos pelos subalternos.

O período escolhido - anos 1917/1921 - delimita uma conjuntura internacional e nacional de intensos movimentos populares. Boris Fausto inclusive afirma ser este o momento que reúne o maior número de greves no Brasil até o período pós-1945.⁽¹⁾ Assim interessa observar como se comportam as classes subalternas de um estado agrário - a Paraíba - e naquele instante afastado do eixo onde se dá a industrialização.

Para a realização do trabalho foram necessários dois momentos não necessariamente não simultâneos: um de pesquisa bibliográfica, em especial, sobre movimento proletário na Primeira República e, secundariamente, sobre a Paraíba nos anos 1917-1921 ou períodos próximos; outro de pesquisa em jornais. Neste momento, entretanto, só foi possível pesquisar os periódicos dos dominantes, pois não conseguimos encontrar jornais dos subalternos. Ou eles simplesmente não existiram naquela conjuntura na Paraíba, ou devido ao seu número limitado não conseguiram chegar aos nossos dias, ou ainda seria necessária uma pesquisa muito

mais aprofundada para detectá-los. (2)

Com relação aos jornais dos dominantes, foram pesquisados: A UNIÃO (Jornal de Partido Republicado e do Governo), A IMPRENSA (bi-semanário da Arquidiocese), O NORTE e DIÁRIO DO ESTADO. (3)

2. Os anos 1917-1921, como já assinalamos de passagem, são marcados por uma conjuntura de intensas lutas de classe. (4) No plano internacional o momento histórico é caracterizado em primeiro lugar pela vitória da revolução bolchevista na Rússia - primeira revolução proletária da história não derrotada no nascedouro - e pela revolta espartaquista na Alemanha, pela comuna húngara, pelos conselhos operários italianos, pelas manifestações nos principais países capitalistas do mundo e também em países considerados periféricos. Esta conjuntura internacional repercute intensamente no Brasil: "A sobredeterminação da política internacional incide diretamente sobre a conjuntura. Como é sabido, estes são anos de grande ascenso revolucionário na Europa, que põe em risco a ordem capitalista. A partir de outubro de 1917, os conflitos sociais internos recebem o alento e passam a ser vistos sob uma nova óptica. De um extremo ao outro do espectro de classes e grupos têm-se a noção de viver um momento decisivo..." (5)

A nível nacional, a conjuntura, além de influenciada pela repercussão dos acontecimentos em outros países, caracteriza-se pela carestia de vida e pela intensificação da industrialização. Deste modo, também no Brasil, as lutas de classe serão intensas: rebentam inúmeras greves em todo país, os "meetings" contra a carestia são constantes, aparecem inúmeras associações proletárias etc. Em 1917, o operariado paulista realiza uma greve geral; em

1918 o carioca tenta uma insurreição; em 1919, ponto alto da conjuntura de lutas sociais, rebentam greves gerais em Salvador, Recife e Porto Alegre.

A partir de fins de 1919, a repressão policial torna-se cada vez mais intensa e violenta e os movimentos sociais começam a declinar, para chegar ao declínio e a uma grande desorganização em 1921, com a prisão, morte, deportação dos principais líderes proletários, fechamento e destruição de sindicatos, jornais, associações culturais, etc.

No nordeste, as lutas sociais se dão mais intensamente em Pernambuco (estado dos mais industrializados da região com um operariado organizado em entidades, inclusive uma Federação Estadual, e influenciado por idéias socialistas e anarco-sindicalistas), na Bahia, em Alagoas (onde existe influência anarco-sindicalista), no Ceará, etc. (6) A Bahia, estado com algum grau de industrialização para a época e com importantes fábricas têxteis e de fumo, terá mobilizações principalmente em 1919; com uma greve geral que para Salvador por uma semana, no início de junho; com o I Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho e com uma importante greve têxtil, em setembro. (7) Neste estado também se organiza uma Federação dos Trabalhadores e um Partido Socialista (1920), apontando o predomínio destas idéias e a quase inexistência na Bahia de influência ideológica dos anarquistas ou anarco-sindicalistas, majoritários no movimento operário da época, em particular, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

3. A Paraíba parece acompanhar esta conjuntura de intensificação dos movimentos sociais. No entanto, antes de discutir as lutas populares paraibanas nos anos 1917-1921, é necessário apon

tar algumas características da sociedade paraibana da época.

Inicialmente pode-se dizer que a Paraíba é uma sociedade agrária, onde o campo domina a cidade. Os principais produtos do estado são o açúcar e o algodão, sendo este o principal produto de exportação da Paraíba. O algodão é tão importante que, segundo levantamento do Serviço de Defesa do Algodão, em 1922, dos 39 municípios da Paraíba apenas dois - Cabedelo e Paraíba (hoje João Pessoa) - não produziam algodão. (8)

Aliás o algodão será uma das bases daquilo que José Octávio chama "modernização" da sociedade paraibana ocorrida na década de 1920, inclusive tornando Campina Grande a terceira praça algodoeira do mundo, nos anos 30. (9)

Entretanto, aceitar que a Paraíba passe por um processo de "modernização" do final da década de 10 em diante não significa imediata e necessariamente acreditar numa transformação capitalista da sociedade paraibana e numa ascensão burguesa neste momento, como parece acontecer com o historiador José Octávio. (10)

A "modernização" já se anunciava nos governos paraibanos de Camilo de Holanda (1916-1920) e Solon de Lucena (1920-1924) como assinalado na nota 9. O primeiro destes governos é assim descrito por José Octávio: "Camilo de Holanda, que presidiu o Estado de 1916 a 1920, e pode ser encarado como antecipador da idade de ouro da economia paraibana, na terceira década do século, de que ficou como precursor, já pelo caráter urbano de sua administração, já pela atualização da máquina administrativa a que procedeu, revelou-se muito ativo em prol da agricultura(...) defesa dos algodoeiros contra a lagarta rosada do capulho, criação da sociedade de agricultura da Paraíba, otimização do Horto Simões Lo

pes e campos de experimentação de Espírito Santo e Santa Rita, bem como aquisição de máquinas, arados e sulcadores para revenda sem lucros nos agricultores menos abastados, são iniciativas que se aprofundarão na década de vinte..."⁽¹¹⁾ O governo Solon de Luce na continua e aprofunda as modificações iniciadas por seu antecessor.

Um último dado significativo, antes de se analisar a indústria paraibana, é a questão das secas e das obras contra as secas. Em 1919, o estado sofre uma grande seca e a partir do ano seguinte, estando um paraibano na presidência - Epitácio Pessoa -, o combate às secas terá um caráter "planejado".⁽¹²⁾

Antes de passar aos movimentos sociais na Paraíba, deve-se ainda analisar o que é a indústria paraibana neste período, pois a maior parte dos movimentos são urbanos e grande parte deles envolvem proletários industriais. Afora os operários, têm grande significação nas manifestações sociais os ferroviários e os estivadores.⁽¹³⁾

A primeira característica da indústria paraibana é a sua fragilidade, ainda que Edgar Carone inclua a Paraíba entre os estados de produção industrial secundária na República Velha, junto ao Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.⁽¹⁴⁾ A inclusão parece ser devida ao desempenho da indústria na Paraíba nos anos posteriores à conjuntura estudada, pois o maior empreendimento industrial da República Velha na Paraíba é a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, organizada por capitais ingleses e pelos Lundgrens em 1924. Em 1928, inaugura-se em Campina Grande a Têxtil de Bodocongó e durante toda a década de 20 são implantadas usinas como veremos adiante.⁽¹⁵⁾ Talvez estas inaugurações, a am

pliação de empresas industriais existentes, o surgimento de outras fábricas, etc., justifiquem a inclusão.

Como no resto do Brasil, com certa exceção talvez da Bahia, a maior parte dos 251 estabelecimentos industriais paraibanos (onde se incluem desde pequenos artesanatos até grandes fábricas) surge depois de 1900 (229 "empresas", ou seja, aproximadamente 90% do total existente em 1920, segundo o Censo daquele ano que utilizamos como fonte daqui em diante) e especialmente na década de 10 (163 estabelecimentos, isto é, quase 65% da indústria implantada). Assim de 1850 a 1899, surgem 22 estabelecimentos; de 1900 a 1904, quase o dobro, 20 "empresas"; de 1905 a 1909, novamente duplica, com 46 estabelecimentos surgindo no período; de 1910 a 1914, temos 70 indústrias e finalmente, de 1915 a 1919, nascem 93 indústrias. (16)

Levando em conta informações do Censo Industrial de 1907 e do Censo de 1920, podemos fazer uma rápida comparação da evolução da indústria em São Paulo, Bahia e Paraíba. (17) Enquanto o Brasil aproximadamente quatriplica seu número de indústrias e duplica a força de trabalho; São Paulo tem seu número de estabelecimentos multiplicado por 14, de operários quase quatriplicado e o valor de produção da indústria cresce nove vezes; A Bahia multiplica por sete seu número de estabelecimentos, mas chega a duplicar a força de trabalho industrial e aumenta três vezes e meia o valor da produção; o estado da Paraíba tem um número sete vezes maior de indústrias, seu operariado é triplicado e o valor da produção é multiplicado por 10. (Assim a Paraíba passa de 36 estabelecimentos, em 1907, para 251, em 1920; de 1.161 operários em 1907, para 3.035, em 1920 e de um valor de produção

de 3.307:059\$, em 1907, para 33.137:059\$ em 1920).

Com relação às usinas o quadro é diverso: São Paulo, entre 1907 e 1920, continua com o mesmo número de usinas, mas tem seu operariado diminuído de aproximadamente um quarto, a Bahia triplica o número de estabelecimentos e dobra a força de trabalho e a Paraíba diminui em mais da metade o número de suas usinas (de cinco para dois estabelecimentos), mas seu operariado fica quase o mesmo (de 270, em 1907, para 260, em 1920). (18)

Duas outras comparações são importantes: o grupo etário e o sexo dos operários e a utilização de motores. No primeiro caso, temos que as mulheres adultas representam quase a terça parte do operariado paulista, enquanto são maioria de perto de dois terços dos proletários industriais da Bahia e são apenas um quarto do paraibano, aproximadamente. As crianças são quase um décimo do proletariado industrial em São Paulo (mais ou menos 8%), enquanto na Bahia e Paraíba estão em torno de um vigésimo (ou 5%). (19) Na comparação entre a utilização de motores, temos que o número de estabelecimentos com motores são metade das indústrias de São Paulo, um quarto das baianas e dois terços das "empresas" da Paraíba. Entretanto, isto não significa uma mecanização da indústria na Paraíba, sem mais. Em médias aproximadas de força motriz por número de estabelecimentos industriais com motores tem-se: São Paulo 47HP por indústria motorizada; para a Bahia o índice aumenta, sendo de 54 e para o estado paraibano ele cai bastante, sendo de 12HP por indústria motorizada, o que significa grande presença relativa de motores e também grande número de pequenos motores. (20)

Deixando um pouco as comparações e passando a analisar a

indústria paraibana, segundo os grupos de indústrias propostas pelo Censo de 1920, observa-se imediatamente a predominância absoluta do grupo têxtil - das 251 "empresas" cerca de 169 são têxteis - com quase 68% do total de estabelecimentos. E é sempre bom lembrar das 169 "empresas" têxteis, praticamente todas são beneficiadoras de algodão - 167 indústrias, com um capital de 3.659:176\$, 813 HP, 1.036 operários e um valor de produção de 17.885:676\$. Além das beneficiadoras de algodão, o grupo têxtil tem uma grande fábrica de tecidos, com cerca de 763 operários (na sua maioria mulheres). A Tibiry em Santa Rita. A outra "empresa" não identificada deve ser alguma pequena indústria, pois sobram apenas 19 operários para ela, número bastante maior que a média de operários ocupados nas beneficiadoras de algodão que é de 6 trabalhadores para cada estabelecimento. (21)

Os números globais do ramo têxtil são: 169 estabelecimentos, como já foi dito; capital de 6.485:338\$; 1.495 HP utilizados; 1.318 operários e valor de produção de 20.380:951. Deste modo 85% do valor da produção do ramo vem das beneficiadoras, mas 55% da força motriz não é utilizada pelas beneficiadoras, sendo que grande parte dela de ser utilizada pela Tibiry. Também por volta de 56% do capital empregado não está vinculado às beneficiadoras, aqui, como no caso anterior, a maior parte deste capital deve ser empregado pela Tibiry.

O segundo grupo de "empresas" com importância em termos de utilização de força de trabalho é a indústria alimentícia. Ela tem 31 estabelecimentos (segundo lugar), capital empregado de 1.546:721\$, 177 HP, 420 operários (segundo lugar) e um valor de produção de 4.294:286\$ (segundo lugar). Neste ramo desta

cam-se as indústrias de cigarros, charutos e outros preparados de fumo, com quatro estabelecimentos (as fábricas: "Planeta" , que, em 1917, possui 40 operários, e pertence ao Sr. Paula Basto & Cia; "Triunfo" de Vieira Amorim & Cia; "União" de Gomes de Souza & Cia e a "Popular" do Coronel Roque de Paula Barbosa e única fábrica mecanizada) ⁽²²⁾, com um capital empregado de 704:007\$, 39 HP utilizados, 315 operários e 1.477:124\$ de valor de produção. Além da indústria cigarreira, este ramo conta com indústrias de (levando em conta o grau de importância). refinações de açúcar, torrefação e moagem de café, bebidas alcoólicas e xaropes, vinhos e licores, etc. Das 31 indústrias alimentícias, 26 empregam até nove operários e apenas duas tem mais de 50 trabalhadores, sendo que uma delas tem 202 operários e é a segunda indústria paraibana, logo atrás da Tibiry.

O terceiro grupo é o de produtos químicos e análogos que tem 7 estabelecimentos, 3.950:833\$ de capital empregado, 292 HP, 233 operários e um valor de produção de 2.310:649\$. Neste grupo destacam-se as indústrias de refinação de sêbo, óleos e gorduras de procedência animal (só existentes na Paraíba e no Distrito Federal) e as de produção de sabão, velas de sêbo e estearina, velas de cêra e lamparina. O que mais chama atenção, no entanto, neste ramo é a rígida demarcação entre de um lado, reduzidíssimos estabelecimentos (quatro com apenas oito operários no total) e "empresas" médias, levando em conta as indústrias existentes na época, de outro. Assim as três indústrias restantes empregam entre 50 e 99 operários, com um total de 202 trabalhadores, ou seja, em média quase 70 proletários. Estas três "empresas" estão entre as nove indústrias paraibanas com mais

de 50 trabalhadores, o que é um dado significativo.

O ramo seguinte em termos de utilização de força de trabalho engloba as indústrias de couros, de peles e outras matérias derivadas do reino animal. Aí encontramos quatro estabelecimentos, um capital empregado de 852:900\$, 191 HP, 174 operários e 3.898:733\$ de valor de produção. O aspecto significativo deste grupo é a presença do maior número médio de operários por "empresa", 43 trabalhadores, bastante acima dos 11 operários da indústria têxtil, aliás um dos índices mais baixos. (23)

Continuando temos as indústrias do vestuário e toucador com 22 pequenos estabelecimentos e conseqüentemente o menor índice médio de trabalhadores por indústria; apenas sete operários. Do total cerca de 20 produzem calçados de couro. A seguir vem o ramo de edificações com nove estabelecimentos, todos eles ligados à produção de cal e cimento; o grupo de indústrias do mobiliário, com dois estabelecimentos, um dos quais emprega 59 trabalhadores; o ramo de cerâmica; a indústria madeireira e finalmente a de construção de aparelhos de transporte, com apenas um estabelecimento, que não tem operários, nem utiliza força motriz.

Antes de algumas conclusões sobre a indústria paraibana, deve-se assinalar a ausência de ramos como a metalurgia, a indústria de produção e transmissão de forças físicas e as indústrias relativas às ciências, letras e artes e de luxo.

Como conclusões gerais pode-se apontar: 1 - a predominância quase total dos ramos têxtil, químico e produtos análogos e de alimentação com aproximadamente 85% do capital utilizado, 86% da força motriz e empregada, 77% dos operários e 82% do valor

da produção; 2 - a dependência da indústria com relação a produção agropecuária, via beneficiadora de algodão, açúcar, café, estabelecimentos que trabalham com couro e produtos de origem animal e vegetal, etc.; 3 - o caráter artesanal da indústria paraibana, pouco mecanizada e com pequenas concentrações operárias: apenas quatro estabelecimentos tem mais de 100 trabalhadores, nove emprega mais de 50 operários, enquanto 71 ocupa até quatro trabalhadores e 217 trabalham com até 10 operários (86% do total). Com relação ao número de trabalhadores, que convivem em cada faixa a situação é: 763 estão em "empresas" de mais de 500 proletários, 1.100 em estabelecimentos de mais de 100 operários, enquanto mais de 1.500 produzem em pequenas indústrias com até 50 trabalhadores, estando a grande maioria deles na faixa de estabelecimentos entre 5 a 9 proletários; 4 - em consequência, à fraqueza do operariado junta-se seu isolamento e de sarticulação com outros setores, como os estivadores localizados em Cabedelo. Importante assinalar também que a maior concentração fabril, a Tibiry, não se instala na capital, mas em Santa Rita e nesta indústria, assim como na indústria cigarreira estão os maiores contingentes femininos da Paraíba industrial.

Um último elemento para caracterizar a conjuntura local é a carestia da vida, aliás dado presente em todo o Brasil na época, constantemente indicado pelos jornais, pelos movimentos sociais, etc. (24) Acrescente-se a tudo isto a falta de qualquer proteção previdenciária e jurídica dos trabalhadores, pois praticamente não existiam as leis trabalhistas; a grande jornada de trabalho; as deficientes condições de trabalho e os reduzidos salários. (25) Deste modo está pintado o quadro da Paraíba nos anos 1917-1921 e pode-se passar aos movi

mentos sociais.

4. Pela pesquisa bibliográfica e em jornais pode-se fazer um quadro geral dos movimentos sociais, em particular das greves, daquele período. Como foram encontradas algumas informações que extrapolavam a conjuntura, achou-se por bem enumerá-las afim de se buscar um conhecimento maior das lutas sociais na Paraíba. Em 1902, uma entidade paraibana participa do II Congresso Socialista Brasileiro, realizado em São Paulo, de 26 a 31 de maio.⁽²⁶⁾ Em 1909, tem-se notícia de uma greve dos ferroviários da Great Western que dura de 13 a 25 de janeiro, por aumento salarial.⁽²⁷⁾ Em 1912, o Partido Operário da Paraíba do Norte participa do IV Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro, de 7 a 15 de novembro, numa promoção de caráter oficial e dirigida por lideranças pêlegas e por Mário Hermes da Fonseca que consegue o Palácio Monroe para efetivação do encontro que teve a participação de 66 associações.⁽²⁸⁾ O último dado extra-conjuntura é a existência, em 1930, de um comitê do Partido Comunista do Brasil em João Pessoa.^(28a)

O episódio que marca o início das lutas populares na Paraíba é sem dúvida a greve dos operários cigarreiros, ocorrido no final de junho e começo de julho, talvez de 26 de junho a 4 de julho. Como a greve é uma das mais importantes e tem boa cobertura da imprensa cabe ver seu desenrolar. A greve começa numa segunda-feira, na Tabacaria Peixoto, numa resolução tomada em comum acordo entre aqueles operários e o Sindicato Geral do Trabalho que irá dirigir toda a greve. As razões iniciais do movimento são a insuficiência de salários, a falta de ventilação nas oficinas e outras. Deste estabelecimento a greve estende-se às demais fábricas de cigarros e charutos.⁽²⁹⁾ Logo uma delegação

do SGT busca contatos com os proprietários das indústrias, obtendo de alguns concessões ditas razoáveis e de outros nada, pois estes até se negavam a negociar com o SGT, além de ameaçarem fechar as portas das suas fábricas, em geral, aqueles sem "maquinismos modernos". (30)

A parede, considerando "o primeiro movimento grevista ocorrido na Paraíba" (31), continua no dia 27, com a paralização quase completa da indústria cigarreira, excedendo-se a fábrica "Popular", que por possuir maquinismos continua trabalhando, operada por aprendizes. Junto por este motivo cria-se um conflito entre o coronel Roque Barbosa, proprietário da referida fábrica, e os operários Francisco M. Cesar e Aniceto J. de Souza, que entram na "Popular" para convencerem os aprendizes a aderirem a greve. Pouco depois o proprietário pede "garantias" e policiamento, que é colocado em todas as indústrias cigarreiras. A noite, uma comissão de operários, composta por Manuel Ferreira, João Paulo, Hermenegildo Junior, Isaias Correia, Luciano Guedes Antonio Pergi e Antonio B. Monteiro, vai ao jornal O NORTE declarar que são completamente sem sentido os boatos de perturbação da ordem e afirmam estarem cientes do direito de se reivindicar, dentro da lei e da ordem e que só voltarão ao trabalho com os salários aumentados. (32)

Na edição do dia seguinte - 29.5.1917 - O NORTE traz ampla cobertura da greve, com notícias do dia anterior e diversos artigos e entrevistas. Segundo o jornal, por volta das 13 horas, do dia 28, cerca de 200 grevistas estiveram no Palácio do Governo, afim de expor "os propósitos que os animam a atitude que foram constrangidos a sustentar". Os grevistas foram representados por uma comissão formada pelos operários: Luiz Francisco de Souza

za, Antonio de Lyra Pinto Filho, Antonio de Mello, Janira Ferreira, Joana Henrique Ferreira de Novais e João Paulo, que falou ao governador. Este recomendou prudência e moderação e disse estar disposto a prestigiar o operariado dentro da lei e da ordem. Os trabalhadores reivindicaram abolição do trabalho de menores nas fábricas e aplicação rigorosa da higiene nestes estabelecimentos. Finalmente o governador Camilo de Holanda prometeu fazer tudo no sentido de satisfazer as justas exigências dos operários.

Por volta das 19 horas, na sede do S.G.T., na rua Formosa, realiza-se uma assembléia dos grevistas para discutirem uma tabela apresentada pelo proprietário da "Tabacaria Peixoto" e "Fábrica Popular", em resposta a uma elaborada anteriormente pelo SGT e enviada a todos os proprietários.⁽³³⁾ Depois de discutida a proposta, o Comitê Central do SGT propõe que a tabela seja leva da ao governador, o que é feito por três delegados dos operários.

Além dos acontecimentos, a edição de O NORTE, como foi dito, traz uma entrevista com o Comitê Central do SGT, outra com o proprietário da fábrica "Planeta", uma carta dos donos da "Triunfo", a carta de um "conhecido socialista" e opiniões do jornal sobre o movimento. Na entrevista das lideranças operárias, fala-se da insuficiência de salários motivo central da greve, agrava da pelo sistema de reações de trabalho; da tabela elaborada pelo SGT e de manobras da firma do coronel Barbosa que entregara gran de quantidade de fumo e seda a operários para trabalhar em casa e conseguir enfrentar a parede. Na carta e entrevista dos proprietários, ambos de fábricas sem nenhuma mecanização, são apontadas: a impossibilidade (segundo os patrões) das fábricas de atenderem as reivindicações; a demissão de 150 operários pela

introdução de máquinas no ramo; a não utilização de máquinas nestas fábricas como uma preocupação com os operários, mesmo que isto vá contra as possibilidades de lucros; a irreabilidade das reivindicações que enganam o operário com "promessas parecidas com o célebre cavalo de Tróia". O dono da "Planeta", coronel Clodomiro de Paula Basto, diz estar há 29 anos no ramo, fabricando os cigarros "Deliciosos" de amplo consumo no Estado a contar com 40 operários que poderiam ser reduzidos para 10 meninos, caso introduzisse o maquinário e que talvez isto seja a única solução para a greve. A carta da "Triunfo" segue na mesma linha de contraposição entre as fábricas mecanizadas e as sem maquinário, acentuando bastante as 150 demissões e que "não temos o dever de pagar o luxo de outros". Elogia ainda os operários e fala do amparo do governo estadual.

A carta do fervoroso entusiasta das idéias socialistas começa apontando as simpatias de todas as classes sociais e dos poderes públicos conquistados pelos grevistas. Fala de centenas de homens, inclusive dezenas de senhoras e crianças, que são explorados "pela desumanidade de certos proprietários de fábricas, que fazem a sua riqueza a custa dos serviços mal remunerados de suas pobres e indefesas vítimas" e atingidos pela carestia de vida "que há anos afeta a nossa população". Continua dizendo da solidariedade "com os que sofrem" e indica os módicos impostos do Estado para os produtos fabricados na Paraíba e os impostos onerados para cigarros e charutos vindos de fora. Termina alargando que o valor do trabalho seria conhecido se os homens do trabalho "... se levantassem num sério movimento de revolta contra os prepotentes de todas as classes, num movimento de greve geral, onde tudo ficasse parado...".

O jornal dá ainda algumas informações: afirma ser a indústria cigarrreira uma das mais promissoras da Paraíba, ter grande proletariado, o salário destes ser "demasiadamente ridículo", estarem "os paredistas fortalecidos com o apoio moral de toda a cidade" e ser a indústria de Tabaco talvez a única que usufrua os mais generosos favores orçamentários, com a taxa elevadíssima para cigarros de outros Estados", fazendo ficar quase nula a entrada na Paraíba destes produtos. (34)

No dia 29 de junho, "em meio a uma ordem admirável" o movimento continua. Às 12 horas, na sede do SGT, o Comitê Central reúne-se com delegados de todas as fábricas em greve e grande número de operários para rediscussão da tabela apresentada pela "Tabacaria Peixoto" e "Fábrica Popular", logo depois os operários estavam no Palácio do Governo e uma comissão deles, constituída por Manuel Ferreira, Antonio Porgi, João Eugênio de Oliveira (membro do Comitê Central) e Luiz Franco de Souza, João Paulo Filho, Antonia de Melo, Joana Ferreira e Elisa Pacheco (delegados dos cigarreiros) negocia com o governador e o Coronel Roque Barbosa. O Sr. Camilo de Holanda, fala da necessidade de inteira harmonia de vistas entre patrões e operários e a seguir apresenta uma tabela de conciliação que, caso aceita, levaria o governo a diminuir os impostos sobre a indústria cigarrreira. Esta tabela é imediatamente aceita, sem restrições, pelo proprietário presente. Enquanto a negociação ocorre no Palácio, os tipógrafos fazem manifestação, no jardim público, de solidariedade a greve. Discursa o Sr. Ulyses de Oliveira, gerente do O NORTE, que enfatiza o papel do operariado "em nossa terra" e ressalta a importância do SGT. (35)

Entretanto, no dia seguinte, a tabela não é aceita pelas

outras fábricas. A "Triunfo" e a "União" querem fazer outra proposta com pequenas concessões e a "Planeta" nem isto. Já a fábrica "Popular", que aprova a tabela, negocia a volta ao trabalho para o dia 1 de julho. Por outro lado, o Comitê Central do SGT confecciona um contrato que logo depois é assinado pelo Coronel Roque de Paula. No contrato ficam estabelecidos: o valor dos salários, igualando o trabalho feito na fábrica ao feito em casa (que agora deve ser aprovado pelo delegado operário); a impossibilidade de demitir os operários que participaram da greve, se não por motivos justos e dois delegados em cada fábrica "que serão também encarregados de zelar pela ordem nas oficinas e estrito cumprimento do presente acordo". Neste mesmo número do jornal aparece uma segunda carta de Vieira Amorim & Cia dizendo não querer ferir o Coronel Roque de Paula, proprietário da fábrica mecanizada. (36)

No dia 3 de julho, O NORTE afirma que a greve já estaria solucionada não fosse a obstinação de quatro fábricas e o DIÁRIO DO ESTADO, depois de falar do espírito de associação do operariado o "que o povo sabe agir e conhece seus direitos", elogia o governo do Estado pelo acordo e solução da greve, "estabelecendo-se uma relativa harmonia entre o capital e o trabalho". (37) Mas neste dia os proprietários das outras fábricas, a começar pelo da "Planeta" aderem a tabela de conciliação do governo e a greve termina. À noite, os operários "com o triunfo relativo de sua causa" fazem uma passeata pela rua General Osório, indo às redações de jornais agradecer as manifestações de simpatia: em frente ao DIÁRIO DO ESTADO, fala o pedreiro Manuel Ferreira pelos operários e Heráclito Cavalcante pelo jornal e em O NORTE fala Ulysses de Oliveira por aquele órgão de imprensa. (38)

Cinco dias depois, no dia 8 de julho, realiza-se no cinema Ideal, em Cabedelo, às 14 horas, uma reunião de uma comissão do SGT sob a presidência do Sr. Manuel Ferreira de Castro. Na reunião fica deliberada a criação de uma sucursal da SGT em Cabedelo. Depois é realizado um comício com a presença de 200 operários, discursando os proletários Paulo de Miranda e Luiz de França Bezerra. "Depois da reunião foram erguidos vários e entusiásticos vivas aos Drs. Camilo de Holanda e Rafael de Holanda". (39)

No dia 25 de julho, surgem duas greves. De um lado, os jornaleiros da Great Western, encarregados da carga e descarga na capital paraibana, paralizam seus trabalhos às 8 horas, exigindo aumento por tonelada. O Sr. Francisco Holmes atende a reivindicação até que a Great Western tome uma decisão definitiva. Os jornaleiros voltam ao serviço. (40) Por outro lado, os operários da Casa Kroncke, em número superior a 100, entram em greve. Eles querem que o Sr. Alfredo Kroncke assine uma proposta, já aceita verbalmente pelo patrão. Pela proposta os operários teriam reduzidas suas jornadas de trabalho e ganhariam 30% do aumento salarial para trabalhos noturnos. Os senhores Kroncke são alemães, negociam com algodão e tem uma prensa beneficiadora de algodão e uma "motivada" Fábrica de óleo. À noite os operários, em comissão, vão a redação de O NORTE e denunciam grosserias do patrão quando da exigência da assinatura, que o proprietário não aceita. (41)

Os estivadores participantes do Sindicato de Trabalho de Estivas, no dia 27 de julho, enviam delegados aos encarregados de serviços exigindo aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho. Não são atendidos e ameaçam ir à greve. Outros setores populares se solidarizam e a polícia prende o operário João

Vermelho para "averiguações". (42) Em Santa Rita, dois dias depois, é realizada uma significativa festa operária, pelo número de operários que compareceram. Organiza-se uma passeata por toda a cidade e na praça Cônego Ferreira realiza-se um comício, quando falam o Sr. Rafael Holanda, Manuel Ferreira e Adélia Gama, delegados dos cigarreiros e membros do SGT que neste dia funda sua sucursal em Santa Rita. (43)

Mais três greves são decretadas no dia 30 de julho: uma na fábrica Tibiry, em Santa Rita; uma na casa Iona & Cia e outra pelos jornaleiros da Great Western. Os operários da Tibiry - em número de 500 - entraram em greve pacífica exigindo a readmissão das operárias Maria Moraes e Germina Freire, entusiastas militantes da sucursal do SGT. Uma grande comissão de operários se deslocou para a capital para junto ao SGT pressionar a Companhia de Tecidos Paraibanos. A fábrica é fechada por tempo indeterminado e é pedido policiamento, seguindo 11 praças para Santa Rita. A greve pacífica dos operários da Iona & Cia, também se deve a demissão de um operário, "cumpridor de seus deveres", pelo fato de ele pertencer ao SGT e a dos jornaleiros da Great Western decorre de descontentamentos com o Sr. Holmes, porque ele não "está pagando equitativamente" aqueles trabalhadores. Ao mesmo tempo que se iniciam estas três greves, chega ao fim a paralização dos operários da Kroncke & Cia, pois os patrões depois de entendimentos com o governador na Associação Comercial resolveram ceder e assinar a proposta. À noite, uma grande passeata operária, com milhares de operários, inclusive os da casa Kroncke & Cia e da fábrica de tecidos Tibiry, foi realizada. Durante o percurso foram dados vivas ao SGT e um comício feito em frente ao jornal O NORTE. (44)

O clima de apreensão dos dominantes é anotado pelo DIA
RIO DO ESTADO em 1 de agosto. O NORTE, passados dois dias, es
 creve: "De certos dias para cá, os jornais tem se ocupado fre
 quentemente com notícias graves, greve dos cigarreiros, greve
 dos carroceiros, greve das costureiras, greve dos alfaiates, gre
 ve do armazém de couros, greve da fábrica de óleo e na Great
 Western". No dia anterior, a Associação Comercial realiza nume
 rosa reunião para discutir os acontecimentos, sendo discutida
 a ação do governador que conta com "a mais sincera confiança"
 da Associação, da qual é "ilustre sócio honorário". A atitude
 de Camilo de Holanda é exaltada" ... e é justamente confiados
 nesta patriótica e digna atitude de sua Excia, que está agindo
 a Associação Comercial, sentindo-se positivamente prestigiada
 pelo governo para evitar a desorganização do trabalho na Parai
 ba". (45) Ainda no dia 2 de agosto, os trabalhadores da casa
F.H.Vergara & Cia aceitam a nova tabela de aumentos salariais,
 mas alguns trabalhadores discordam dos companheiros, aproveitan
 do disso a polícia é chamada para garantir a "liberdade de tra
 balho". Os alfaiates, à noite, vão a redação de O NORTE e de
 claram que a categoria aceitará a tabela organizada pela Asso
 ciação Comercial e publicada por O NORTE, na sua edição de 3 de
 agosto. A greve da Tibiry parece ter sido desmantelada. Os es
 tivadores de Cabedelo, no dia 3 de agosto em comissão composta
 por João Pedro Calazans da Mata, Benjamin Ferreira, Pedro Iná
 cio da Costa e Manoel José dos Santos, procuram o Comitê Central
 do SGT para denunciar a contratação de crianças para a descarga
 do navio "Maranhão", com proteção da polícia. O Comitê Central
 promete trabalhar e lança uma circular, onde escreve "... dos

capitalistas tão sem fundamentos aterrorizados conosco" para depois dizer "a nossa missão é ordeira, pacífica..." e "somos o povo que trabalha nunca uns desordeiros". Adianta enumerar os objetivos do S.G.T. e as greves dirigidas pelo sindicato. No final da circular diz não se assustar com o combate as greves, propósito da Associação Comercial, pois existem outros "maiores de defesa do nosso alcance", ressaltando porém "não nos utilizamos de qualquer um processo, sem sermos a isto provocados pelos capitalistas".

O NORTE do dia 4 de agosto, além de trazer estas informações, inclusive o manifesto do SGT, publica uma carta da fábrica Tibiry denunciando os "fomentadores de greve" e assinala a tendência a conciliação entre patrões e proletários.⁽⁴⁵⁾

As tensões entre o SGT e a Associação Comercial se intensificam, tendo o SGT convocado uma grande manifestação para o dia 7 de agosto. Neste dia correm boatos de uma grande greve que se estenderia da capital para Santa Rita, Cabedelo e outros pontos. A praça Álvaro Machado, local da concentração, desde 12 horas está movimentada. Grande quantidade de operários chega de Cabedelo, às 14 horas. Um contingente policial guarda a praça, a avenida 5 de Agosto e as estradas ao longo da via férrea. Depois a polícia coloca-se frente ao SGT e pelo trem das 16 horas segue reforço policial para Cabedelo. O próprio governador esteve na cidade baixa "a dar ordens, a tomar providências", visando manter a "paz social". O comício, convocado previamente por boletins distribuídos pela cidade, teve uma afluência bastante numerosa e se iniciou às 15 horas. Durante a concentração falaram Manuel Ferreira, Floriano Oliveira, Candido Viana e Walfredo Oliveira acerca das reivindicações salariais e em protesto a

Associação Comercial. Comentava-se mesmo que este era o objetivo da Concentração. Da praça os operários em passeata rumaram para a sede do SGT. Não houve incidentes.

Os trabalhadores da Casa Iona & Cia continuam em greve por aumento salarial, os trabalhadores da Great Western também estão em greve, assim como os estivadores do Cabedelo. Os alfaiates tiveram sua tabela de aumentos aceita por alguns proprietários e não por outros e os operários destas casas estão dispostos a irem à greve. O impasse para a solução da greve dos estivadores é a cláusula sobre a permanência de delegados do SGT, que controlariam a divisão de trabalho entre os operários. Finalmente a fábrica de tecidos Tibiry deve reabrir no dia 8 de agosto. Na edição deste dia, diversos jornais trazem comentários e opiniões sobre o momento. O DIÁRIO DO ESTADO, divulga o artigo do Padre Mathias Freire que sugere olhar "com simpatia esse movimento de nossos pobres irmãos", pois "os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham envolvidos do fermento anarquista". Ainda o DIÁRIO DO ESTADO é quem observa: "A nossa gente não tem a precisa educação para se embriagar com esses libérrimos ideais socialistas". E continua: "Não é com semelhantes processos, anarquizando a marcha de todas as relações econômicas que se educam operários, nem se dá exemplo de reivindicações de direitos, para concluir que se não fosse Camilo de Holanda "a cidade estaria entregue a mais perigosa anarquia". (47)

O direito de greve e suas limitações é assunto de A UNIÃO do dia 10 de agosto. O artigo dizendo que os movimentos grevistas são "reflexo de movimentos de igual natureza realizados nos Estados do Sul" e que as greves teriam levado ao jo

nal publicar aquele texto. Em seguida, aponta a luta dos proletários na Europa, nascida, segundo o periódico, da grande concentração fabril, da união dos proletários, das idéias socialistas e da intransigência patronal. Continuando afirma A UNIÃO : "Em nosso meio onde quase não existe indústria fabril e onde as condições de trabalho e vida são completamente diversas, onde a patrão, conhecendo o número reduzido de seus operários, a eles está, as mais das vezes, ligado por laços de forte simpatia, a greve é uma coisa exótica, mais produto da imitação do que resultado de causas naturais inelidíveis. Faltam ainda aos nossos operários, quase todos analfabetos, as luzes necessárias para apreciar a justiça e a possibilidade das suas pretensões".

Depois de indicar a "doçura de caráter brasileiro" e afirmar que na América do Sul e no Brasil ainda não surgiu o "tremendo antagonismo entre o capital vertiginosamente multiplicado e o trabalho do homem embrutecido e escravizado pela máquina", "problema mais sério do que a atual conflagração do mundo", o texto prossegue dizendo que, apesar de não existirem deputados socialistas no Brasil, foi apresentado na baixa camara" projeto de código geral do trabalho, aliás posteriormente não aprovado, graças a "generosidade" de homens públicos, "sabidos das classes médias" e não da pressão sindicalista como na França.

Finalmente a publicação governista e do partido das oligarquias enumera as limitações da greve, dentro de seu ponto de vista: 1 - garantia da "Liberdade de trabalho", ou seja, de operários não grevistas "furar" a parede; 2 - prejuízos causados a terceiros, inclusive o Estado com a desorganização da vida econômica e da tranquilidade jurídica e 3 - "uma limitação

...muito justa", o direito do patrão demitir os organizadores da greve. Na conclusão do texto, além do elogio ao Governador, põe-se ler "não nos move animosidade nem contra patrões, nem contra operários, pelo contrário desejamos a perfeita harmonia de uns e outros para o bem público e prosperidade coletiva".

No dia 13 de agosto parece ter ocorrido um conflito, na praça Pedro Américo, pela redução da jornada de trabalho para oito horas.⁽⁴⁸⁾ No dia seguinte termina a greve dos estivadores de Cabedelo, graças as providências asseguradas pelo governador e praticadas fielmente pelo delegado de polícia. Os jornais citam como motivo das greves a carência.⁽⁴⁹⁾

O mês de setembro marca o declínio do movimento proletário paraibano, declínio iniciado imediatamente após a grande concentração organizada pelo SGT. No começo do mês A-UNIÃO volta a falar do "primeiro movimento grevista ocorrido na Paraíba", da atuação do governo no fato, das condições higiênicas "das mais deploráveis" nas fábricas de tabaco, na retirada dos menores das mesmas e da sugestão de reforma dos estabelecimentos.⁽⁵⁰⁾ No dia 4 de setembro, comissão do SGT trata com o governador da luta dos estivadores, que se conclui com uma nova tabela. Um dia após o SGT realiza, às 12 horas, assembleia geral no cinema Edson e o diário O NORTE sentencia: "A situação na capital está definitivamente resolvida, reinando absoluta ordem".⁽⁵¹⁾

A conjuntura do ano de 1918 é difícil de ser esboçada, pois apenas foi encontrado para pesquisa o bi-semanário da Arquidiocese, A IMPRENSA, e nele nada foi publicado. Mas Edgar Rodrigues indica uma parede: "Na Paraíba, declaram-se em greve os operários da Escola Normal".⁽⁵²⁾

O ano de 1919 caracteriza-se pelo auge de ascensão das lutas sociais no Brasil, inclusive com greves gerais em vários estados como por exemplo, Pernambuco e Bahia. Entretanto isto não parece acontecer na Paraíba, aí serão poucas as manifestações populares, em janeiro, acontece uma greve na empresa de Luz, Tração e Força e ocorre, no dia 27, um "tumulto público", com protestos e depredações contra a impontualidade e constantes interrupções do tráfego de bondes e da luz.⁽⁵³⁾ Um comício de operários, com numerosa participação, é realizado no dia 11 de maio, às 16:30 horas, na praça Pedro Américo. O "meeting" pela jornada de oito horas tem como oradores o professor Sizenando Costa e o Dr. João Machado da Silva, ocorrendo "com muita calma e a linguagem dos oradores foi a mais moderada possível". O jornal aponta a "justeza da pretensão do proletariado paraibano". No dia 12, uma comissão entrega um memorial ao governador Camilo de Holanda, pedindo "o seu valioso concurso para a consecução dos ideais de nosso operariado". O chefe do Estado recebe "a todos com muita simpatia".⁽⁵⁴⁾ Ainda em 1919, a Paraíba está representada no Congresso do Partido Comunista-Anarquista, realizado no Rio de Janeiro de 21 a 23 de julho. Participação algo estranha considerando-se a ausência da orientação anarquista no movimento proletário urbano.⁽⁵⁵⁾

Em 1920, novamente poucas são as manifestações, anotadas. Tem-se uma denúncia jornalística da carestia de vida, em especial, do pão e do sabão, feita por A UNIÃO de 8 de janeiro e uma grande greve dos ferroviários da Great Western que atinge os estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Dado a importância da greve e a relativamente ampla

cobertura dos jornais A UNIÃO, principalmente, e A IMPRENSA pode-se descrever o movimento.

Os empregados da Great Western, de Recife, entregam memorial no dia 19 de março exigindo aumento salarial. (56) Passados dois dias, A UNIÃO noticia a greve dos ferroviários iniciada no dia 19 e já abrangendo quatro estados: Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Neste estado, os grevistas constituíram o Dr. Miguel Santa Cruz como advogado e no dia 20 estiveram na Associação Comercial, na Superintendência da Great Western, onde explicaram sua atitude, no Palácio do Governo e na Assembleia Legislativa. Às 14 horas, quando visitavam Camilo de Holanda, o advogado dos ferroviários, "numa vibrante alocução, apontou os motivos da greve e denunciou o não cumprimento pela empresa inglesa do acordo realizado quando do aumento das tarifas. Pelo acordo os ferroviários deveriam ter seus salários aumentados, o que não ocorreu, pois a Great Western apenas contemplou aqueles funcionários que percebiam "de 300\$000 a mais", burlando, desse modo, os propósitos do chefe da nação. O governador deu "o seu apoio e solidariedade a causa justa e altamente edificante dos empregados da companhia, enquanto estiverem os mesmos dentro da ordem". Logo os ferroviários enviam um telegrama à redação do jornal HORA SOCIAL, de Recife, dando conta da atuação deles e do apoio recebido do governo do Estado, Assembleia Legislativa e Associação Comercial. Por outro lado, os grevistas recebem telegrama de Alagoa Grande com informações de solidariedade do povo e do comércio, havendo inclusive coleta de fundo de greve naquela cidade. A UNIÃO de 21 de março noticia também que o superintendente da Great Western pede policiamento para as instalações de

João Pessoa e Cabedelo, sendo rapidamente providenciado pelo chefe de polícia. No final aparecem algumas dúvidas sobre a paralização, especialmente no Rio Grande do Norte. (57)

No dia 22 de março, os grevistas recebem adesões de vários lugares, inclusive telegrama confirmando a greve no Rio Grande do Norte. Em Recife "reina grande entusiasmo" entre os ferroviários e neste dia realiza-se grande comício com aproximadamente três mil participantes, tendo falado o Dr. Joaquim Pimenta. À noite, vários grevistas visitam A UNIÃO para noticiar um grande "meeting" para o dia seguinte. Aparecem danos na ferrovia em Cabedelo que, entretanto, não são atribuídos aos parodistas, mesmo pelo superintendente da Great Western. Em Cabedelo aporta o navio "Itapura" com carga e passageiros, fato que permite o jornal A UNIÃO afirmar: "Os vapores da Costeira, por influencia da poderosa campanha inglesa, deixaram há dois anos passados de fazer escala por este porto, fato que de certo modo contrariou o comércio, sujeito as exageradas tarefas da Great Western". No dia anterior os bondes da Tração, Luz e Força não funcionaram durante quase todo dia. Nesta edição - do dia 23 de março - o jornal publica longa resposta do superintendente geral da ferrovia, datada do dia 19, no documento, a empresa diz ter cumprido todos os acordos e, através de grande quantidade de números e cálculos, procura demonstrar que a Great Western teve um déficit de 586:518\$ em 1919 e que este déficit chegaria a 2.715:438\$600 caso fossem atendidas as reivindicações dos ferroviários, sendo portanto impossível dentro da visão do superintendente, a empresa atender os grevistas. (58)

Numerosa participação popular é conseguida pelo comício

organizado pelos ferroviários e realizado no dia 23, às 19 horas. Falam no "meeting", o advogado Miguel Santa Cruz, o Dr. Celso Afonso e alguns operários e não ocorre nenhum incidente durante o comício. Acontecem novas depredações, agora em Espírito Santo, também não atribuídas a grevistas. O superintendente da Ferrovia envia um telegrama ao presidente da Associação Comercial da Paraíba e este se comunica com senadores e deputados paraibanos no sentido dos parlamentares buscarem junto a autoridades rápido término da parede que causou paralização no comércio do Estado. Junto com estes telegramas, segue aquele recebido pela Associação Comercial.

A greve continua, mas A UNIÃO já fala num possível final da parede. No dia 24, os ferroviários recebem vários telegramas de Natal, Recife e Itabaiãna, dando conta da situação da greve nestes lugares. A Sociedade de Artistas Operários Mecânicos e Liberais, presidida por Francisco Plácido de Assis, busca organizar formas de angariar fundos para a parede, pois já existem grevistas em necessidade. Uma comissão de trabalhadores, à noite, entrega ao jornal governista uma nota apontando a posição do movimento a respeito das depredações, isentando-se de qualquer participação. (59)

Continua-se a falar em depredações, movimentos da polícia e no caráter pacífico da parede. No dia 25 é pedida proteção policial para um "troly" circular transportando operários para consertarem algumas ligações telegráficas danificadas. À noite, o chefe da seção de serviços da ferrovia noticia o final da greve em Recife e realiza-se um espetáculo circense, patrocinado pela Sociedade de Artistas Operários, Mecânicos e Liberais, em benefício dos grevistas. (60)

Os ferroviários reúnem-se diariamente, através de seu comitê central, para avaliar o movimento e decidir encaminhamentos. No dia 26, o comitê central recebe diversos telegramas de Recife, Natal, Macaíó, Itabaiana e Cabedelo sobre o andamento da paralisação. O telegrama de Cabedelo denuncia o convite feito pela empresa ao ex-maquinista João Rocha para comandar um trem e furar o movimento. A UNIÃO de 27 de março afirma que a notícia sobre o final da greve deve ter sido um mal entendimento das informações publicadas num jornal de Recife. Nesta cidade, o advogado da Great Western afirma que não há greve em Campina Grande e no Rio Grande do Norte e que dois mil ferroviários já assinaram documento pedindo a volta ao trabalho, mas, segundo o advogado, a companhia quer a volta de todos os grevistas conjuntamente ao trabalho. Correm insistentes boatos que o 229 batalhão de caçadores se encontra de prontidão para garantir o tráfego de trens no Estado. (61)

No dia seguinte - 27 de março - as suspeitas são confirmadas: parte um trem com destino a Cabedelo com 10 praças e um tenente do 229 batalhão de caçadores, guiado pelo "fura-greve" João da Rocha. Também de Recife parte um trem com tropas do exército. Durante todo o dia os ferroviários se reúnem na rua Maciel Pinheiro deliberando a respeito da greve e decidem continuá-la. São recebidos telegramas de Cabedelo e Recife. Os trabalhadores paraibanos aguardam "a deliberação do comitê central dos grevistas de Recife". (62)

Finalmente a paralisação termina no dia 28 de março com acordo entre a companhia e os grevistas. (63) Pelo acordo ficou decidido: 1 - não demissão de nenhum grevista; 2 - que os ferroviários receberiam 50% dos salários dos dias que estiveram em

greve; 3 - os trabalhadores com mais de 10 anos ganhariam esta bilidade; 4 - não serem os ferroviários demitidos por partici parem de Sindicatos, inclusive da União Ferroviária do Nordes te; 5 - o governador fará gestações para novo acordo entre a Great Western e o governo federal, buscando benefícios para ferroviários e 6 - que os ferroviários agirão como julgar me lhor caso este novo contrato não os beneficie. Os ferroviá rios paraibanos receberam com "regozijo" a notícia e à noite promoveram concorrido "meeting", onde falaram o Sr. Santa Cruz, Antonio Botto, em nome da Sociedade de Aristas Operários - Mecâ nicos e Liberais, o professor João Falcão e outros. O Sr. José Bezerra, do comitê grevista, recebeu diversos telegramas de congratulações.

Na mesma edição que saem estas informações, vem publi cado um artigo sobre a greve que se inicia falando do abôrto da greve. O motivo apresentado pelo jornal para tal é a ine xistência de "uma exploração tirânica do trabalho pelo capi tal" no Brasil. Com relação ao operariado, o jornal afirma , ter ele "uma existência modesta, mas confortável" e que e que sempre viveu mais ou menos folgado, com a prestação de um tra balho bem pago... "Depois assinala que o proletariado brasilei ro adere de ouvir falar ao socialismo, anarquismo, bolchevismo" sem poder penetrar o sentido sociológico de tais expressões" . Continuando diz o artigo: "Não há no Brasil atual motivo al gum que justifique o direito de greve. As classes médias de pequenos negociantes, funcionários, militares, etc., é que vi vem oprimidos... "E já no final o texto chega as seguintes con clusões: ... "o capital entre nós é o oprimido pelo trabalho" e que "a tentativa de greve deparou-se-lhes ilógica, inviável

e insubsistente".⁽⁶⁴⁾ O resto do ano de 1920 e o de 1921 parece não apresentar movimentos sociais, ou ao menos não encontramos notícia deles.

De toda esta descrição dos acontecimentos que marcam a conjuntura dos anos 1917-1921, na Paraíba, pode-se apontar algumas características gerais dos movimentos sociais neste Estado: 1 - a pouca duração das greves, que excedendo-se aquelas ligadas aos ferroviários, aos cigarreiros e talvez aos estivadores nunca tem duração superior ou igual a uma semana. Importante anotar que são as greves ligadas aos setores mais essenciais da economia agrária - tipo transportes - aquelas que tem maior repercussão; 2 - as reivindicações são, no básico relativas a aumentos salariais, só em poucos casos, temos mobilizações por demissões, delegados sindicais, jornada de trabalho, trabalho infantil, condições de trabalho, etc. Aliás estes quatro últimos itens entram quase sempre como reivindicações secundárias em lutas salariais.⁽⁶⁵⁾; 3 - a presença constante do Estado em todas as lutas sociais.

5. Para discutir acerca das organizações operárias e suas orientações políticas, a partir do material anteriormente exposto, tem-se alguma dificuldade, a qual decorre das rápidas referências tanto à entidades, quanto a suas posições político-ideológicas. Ainda assim é possível propor algumas hipóteses, tomando comobase as três orientações ideológicas indicadas por Boris Fausto, como estando presentes no eixo Rio/São Paulo: o anarco-sindicalismo, o socialismo e o "trabalhismo"⁽⁶⁶⁾

Em primeiro lugar nota-se a ausência do anarco-sindicalismo, predominante no Rio e São Paulo naquele momento. Existem referências explícitas à não presença anarco-sindicalista, co

mo o artigo do padre Mathias Freire, já citado, e possíveis inferências a partir da não-participação da Paraíba nos congressos operários de 1906, 1915 e 1920, organizados pelos anarquistas e das orientações expressas nas lutas na Paraíba, como, por exemplo, relações com o Estado e não-utilização da violência. Há, em verdade, um clima de luta contra o anarquismo, mas no plano ideológico, talvez devido a ausência dele na Paraíba. O único dado perturbador é a participação paraibana no Congresso do Partido Comunista de 1919, claramente anarquista. (67)

A presença do "trabalhismo", corrente de orientação cooperativista e de conciliação de classes, é sentido em diversos momentos: 1 - a participação do Partido Operário no IV Congresso Operário, do qual em geral só participaram entidades conciliadoras e/ou declaradamente pelegas; 2 - a correspondência mantida por entidades como a União Caixeiral, Associação dos Empregados no Comércio e Sociedade dos Artistas Operários Mecânicos e Liberais com entidades conciliadoras como a Associação dos Empregados no Comércio da Bahia que praticamente só mantém contatos com associações com estas características (68); 3 - a relação de entidades com o governo, como é o caso dos vivos a Camilo de Holanda e Raphael de Holanda e a presença deste em comício do SGT. Estas associações muitas vezes se confundem com outros de caráter mais marcadamente beneficentes, como a Federação Operária Cristã de Pernambuco, "cuja atividades se estendiam à Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia" e fora criada pelo industrial Carlos Alberto de Menezes". (69) José Octávio fala na Sociedade dos Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e na União dos Retalhistas como associações de tipo beneficentes. (70) O mesmo autor refere-se também ao Cir

culo Operário de Cajazeiras, incentivado pelo arcebispo Moisés Coêlho, em época mais recente, que "cabia combater a influência desagregadora do marxismo e manter um cinema que procurava apresentar películas moralizadoras e boas". (71)

Quanto ao socialismo sua presença pode ser demonstrada pela participação paraibana no II Congresso Socialista, em 1902, pela fundação do Centro Protetor dos Operários da Paraíba e pela carta do entusiasta socialista em meio a greve dos cigarreiros. (72)

Sem dúvida a mais atuante organização proletária em toda a conjuntura 1917-1921 é o Sindicato Geral do Trabalho, especialmente ativo no ano de 1917. O SGT tem desde pontos que o aproximam de uma postura anarco-sindicalista - a não existência de presidentes ou diretores, que são, em verdade, poucos; até aspectos claramente corporativistas, como por exemplo, o propósito de encarregar seus delegados nas fábricas de "fiscalizar os operários sobre a sua regular conduta, seus costumes e exação no cumprimento do dever". (73) Aspectos conciliatórios como o convite a Rafael de Holanda para falar no comício de Santa Rita, os vivas a ele e o governador e textos como "... dos capitalistas, tão sem fundamento aterrorizados conosco" ou "A nossa missão é ordeira pacífica, respeitadora ...". Por outro lado, existem aspectos que acenam para uma atuação independente e reivindicativa, como a expressão nos trechos "... temos a declarar que nos inspiramos por nós mesmos, sem orientações alheias as classes..." ou "... Não utilizaremos, porém de qualquer um processo, sem sermos a isto provocados pelos capitalistas. "Também as lutas dirigidas pela SGT e, em especial, as divergências com a Associação Comercial podem apontar esta

possível independência. (74)

6. À guisa de conclusão deve-se analisar, mais detalhadamente, as relações entre movimentos sociais e meios de comunicação, a partir da atuação dos jornais, todos pertencentes a setores dominantes, na Paraíba, nos anos 1917-1921. Deve-se começar por uma primeira questão: qual a causa da pequena quantidade de informação presente na imprensa? De imediato duas respostas podem ser formuladas, de um lado, uma manipulação dos dominantes, dado o caráter de classe dos meios de comunicação e, de outro lado, a própria fraqueza do movimento popular "não gerando acontecimentos". Na verdade, só aparentemente as respostas são desarticuladas, pois o interesse, inclusive em considerar acontecimentos como fatos jornalísticos numa sociedade oligárquica, dos dominantes com relação aos dominados, suas condições de vida e trabalho e sua política, só se dá quando algum fator perturba a reprodução da sociedade de classes. Este fator pode ser, por exemplo o avanço do movimento popular colocando em cheque a dominação. Por isto mesmo, no único momento que talvez as lutas sociais se intensificaram mais ou menos no período de 31 de julho a 8 de agosto de 1917 - os dominantes e seus jornais se mostraram "interessados" e, consequentemente, os meios de comunicação abriram seu espaço para os subalternos e suas lutas, ainda que dentro da ótica dos dominantes. E dado a fraqueza dos movimentos sociais dos subalternos, as páginas dos periódicos, em geral, estão quase totalmente dedicadas à política das elites oligárquicas. Por outro lado, é bom lembrar que nos limites da sociedade oligárquica os subalternos estão "excluídos" como cidadãos. Isto é cristalino no campo, onde estão os setores subalternos essenciais para a

economia agrária e também na cidade, que abriga os setores dominados não fundamentais para a produção da riqueza das oligarquias. No urbano, interessa o setor de transportes que escoam a produção agrária, daí a preocupação dos dominantes, inclusive daqueles ligados ao comércio, com a greve dos ferroviários. (75)

Deixando de lado a questão da presença ou não dos movimentos sociais nas páginas jornalísticas, pode-se passar a discussão propriamente da cobertura que os periódicos efetuam das lutas sociais. Uma primeira observação que se impõe: apenas três manifestações dos subalternos são mais largamente noticiadas, a greve dos cigarreiros, a concentração organizada pelo SGT no dia 8 de agosto e a parede ferroviária de 1920. A cobertura dada a este último acontecimento decorre da importância que o setor afetado tem para a economia paraibana, tanto para a produção agrária, quanto para o comércio. Conta também o caráter regional do movimento, o que certamente dá força à greve. Com relação a concentração, o que justifica a cobertura e importância dada ao fato, já que encontram-se notícias em três jornais, é sem dúvida o momento de tensões e conflitos sociais que alcançam aí seu ponto mais alto. A greve dos cigarreiros deve sua cobertura a novidade da paralização, ao despreparo e surpresa dos dominantes, a talvez importância da indústria cigarreira para o Estado e vida urbana e, parece que, a relativa organização e quantidade do operariado das fábricas de cigarros e charutos, além da conjuntura favorável.

A posição dos jornais, em relação aos movimentos sociais não tem grande variação, rigorosamente. Entretanto isto não significa que não haja diferenças menores entre os meios. Pode-se dizer que O NORTE é mais liberal, que A UNIÃO e o DIÁ

RIO DO ESTADO são mais conservadores, em termos relativos. (76) Genericamente pode-se afirmar que todos estes jornais, em diversos momentos, dizem apoiar "o proletariado nas suas justas reivindicações, desde que este esteja dentro da lei e da ordem ou seja, não questione a sociedade de classe e suas formas de organização. Mas, mesmo a intensificação destes movimentos "dentro da lei e da ordem" não é assimilada e aceita pelos dominantes e particularmente pelos seus meios de comunicação. Logo, os jornais começam a falar em "anarquia" (DIÁRIO DO ESTADO 08.08.1917), na greve como "coisa exótica" (A UNIÃO 08.08.1917) e nas suas "limitações" (A UNIÃO 08.08.1917), em reivindicações "adiantadas" (O NORTE 04.08.1917) e a ironizar greves ("A Greve da Fábrica de Tecidos: o levante dos frades" O NORTE 03.08.1917).

A pretensão dos jornais é idêntica a das classes dominantes e busca essencialmente uma discutível harmonia de classes pela não aceitação dos antagonismos sociais e, em consequência, da luta de classes. (77) Assim nos momentos de intensificação das lutas de classe procura-se deslegitimar a atuação/discernimento dos dominados, isto para não falar na total incompreensão e ataque de posições que afirmar na sua base este antagonismo: "Os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham eivados de fermento anarquista". (78) O único texto não totalmente conciliador, no sentido de apontar a exploração de classe, mesmo assim de forma ambígua, é a carta do socialista publicada em O NORTE. (79)

As modificações da conjuntura e mudanças no andamento de determinados movimentos sociais afetam claramente as posições dos jornais. Por exemplo: o povo que antes "sabe agir e conhe

ce os seus direitos" (DIÁRIO DO ESTADO 03.07.1917), em agosto daquele ano já não tem cultura para fazer reivindicações justas (A UNIÃO 10.08.1917); a greve que é inicialmente considerada por todos os jornais como arma justa, logo começa, na prática e na idéia, a não ser aceita (ver exemplos anteriores) "não há no Brasil atual motivo algum que justifique o direito de greve". (A UNIÃO 30.03.1920). Esta última posição, aliás, sintetiza perfeitamente com a conjuntura nacional, dado que após o ascenso de paredes em 1917, 1918 e 1919, as classes dominantes desencadeiam violenta repressão policial ao movimento operário e popular.⁽⁸⁰⁾ Uma última mudança de cobertura devido ao andamento dos acontecimentos pode ser encontrada no jornal A UNIÃO, durante a greve da Great Western. O periódico de início parece acompanhar a posição do governador de apoio e solidariedade aos grevistas, "enquanto estiverem os mesmos dentro da lei e da ordem". Apesar de publicar grande documento da "Great Western" na edição de 23 de março, neste mesmo número faz uma crítica indireta a Companhia Inglesa, quando denuncia que por sua influência a "Costeira" deixou de fazer escala em Cabedelo, colocando o comércio paraibano "sujeito as exageradas tarifas da Great Western". No entanto, com os "esclarecimentos" e a posição intransigente da empresa, prolongando a paralisação, e a mudança de atitude de determinadas entidades, como a Associação Comercial e o Governo (do apoio inicial passam a pressionar o fim da parede, com o Governo inclusive garantindo os "fura-greves") o periódico passa a considerar "a tentativa de greve ilógica, inviável e insubsistente", devido ao operariado ter sempre vivido, no Brasil, "mais ou menos folgado". A radicalização conservadora fica clara na afirmativa: "o capital entre nós é o oprimido pelo trabalho..."⁽⁸¹⁾

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(+) Como sugestão inicial indicariamos as seguintes fontes:

1 (arquivos e bibliotecas) - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, UFPB, Secretaria do Interior e Justiça, Centro de Treinamento Miramar, Biblioteca Pública, Biblioteca de Eduardo Martins. 2 (pessoas) Professores de economia e história da UFPB e outras instituições, pessoas indicadas em determinadas entidades (como por exemplo, Sindicato dos estivadores, dos portuários, de jornalistas, etc), políticos veteranos. 3 (livros e revistas) - livros sobre história e economia, cultura, política paraibana no período 1917-1921, biografias e depoimentos, sendo que diversos deles estão presentes na lista e elaborada por MARTINS, Eduardo. A União Jornal e História da Paraíba João Pessoa, União, 1978, p. 133-194 ou indicados no texto de OCTÁVIO, José "A Paraíba e a Década de Vinte" in BASTOS, Abgvar e Outros João Pessoa, A Paraíba e a Revolução de 30 João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura, 1979 p. 163-213. Quanto a revistas, além de outras possíveis, devem ser destacadas o Anuário Estatístico da Paraíba do Norte, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Era Nova que eram publicadas na época (ainda que esta última tenha surgido em 1921). 4 (jornais) - outros jornais paraibanos do período, inclusive das cidades interioranas e jornais da região, em especial, ligadas às classes subalternas, como, por exemplo, A Hora Social e Tribuna do Povo, periódicos publicados em Recife. 5 (documentos) - Atos, relatórios, etc., de entidades classistas como a Associação Comer

cial da Paraíba (já existente no período) e outras. Também documentos de empresas e de instituições do governo, como mensagens dos governadores apresentadas à Assembleia Legislativa, pronunciamentos de deputados, documentos policiais, o Almanaque do Estado da Paraíba de 1922, o Censo Industrial de 1907 e o Censo global de 1920.

- (1) FAUSTO, Boris Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, Difel, 1973 p. 159.
- (2) FERREIRA, Maria Nazareth. A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920. Petrópolis, Vozes, 1973 numa lista de 343 publicações não indica nenhuma paraibana.
- (3) De A União (encontrada na Biblioteca Pública-BP e no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP) foram pesquisados os anos 1917, 1919, 1920 e 1921; de A Imprensa (encontrado no Centro de Treinamento Miramar) os anos 1917 a 1921; De O Norte e Diário do Estado (encontrados na BP e IHGP) o ano de 1917. Os anos/Jornais que faltam não foram encontrados.
- (4) Sobre a conjuntura nacional e internacional ver: RUBIM, A.A.C. "Movimentos Sociais e Meios de Comunicação": Bahia, 1917-1921" Cadernos do Ceas, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, 1979 (Maio/Junho) p. 30-45 e BANDEIRA, Muniz e Outros O Ano Vermelho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, onde é analisada a repercussão da revolução russa de outubro de 1917 no Brasil.
- (5) FAUSTO, B. ob. cit., p. 171/172.

- (6) Para ver as lutas proletárias em Alagoas consultar BRANDÃO, Octávio Combates e Batalhas. São Paulo Alfa Omega, 1978 p. 110-134, além de toda a bibliografia a ser citada neste texto, que sempre traz referências esparsas sobre movimentos sociais no nordeste. Para Pernambuco, ver especialmente as entrevistas dadas por Gregório Bezerra a ISTO É nº 107 e Pasquim nº 500. Para Sergipe, consultar DANTAS, J.I. da Costa "Notícia de Imprensa Operária Sergipana (1891-1935)" Aracaju, 1974. Com relação à Bahia está sendo concluída a pesquisa "Movimentos Sociais e Meios de Comunicação: Bahia 1917-1921", realizada com ajuda do Ceas e financiamento da Fundação Ford.
- (7) Sobre o congresso, ver RUBIM, A.A.C. "O I Congresso dos Trabalhadores Baianos" Salvador, 1979 (mimeografado).
- (8) OCTÁVIO José "A Paraíba e a Década de Vinte" in BASTOS, Abguar e Outros João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30. João Pessoa, Secretaria de Educação, 1979, p. 173.
- (9) ALMANAQUE ABRIL 1980 São Paulo, Abril, 1979 p. 343 Segundo José Octávio este processo de "modernização" tem seus primeiros passos nos governos de Camilo de Holanda (1916-1920) e Solon de Lucena (1920-1924). Não por coincidência a I Guerra Mundial havia acelerado as inversões estrangeiras sobre o algodão nordestino, devido a forte valorização do produto com a guerra. OCTÁVIO, José ob. cit., p. 172. A relação entre algodão e "modernização" aparece também no seguinte texto do mesmo autor: "A euforia algodoeira será uma constante na década de vinte - sem ela, aliás, não se pode entender o êxito da administração João Pessoa, cujo

suporte financeiro, repousado no algodão..." OCTÁVIO, José ob. cit., p. 173.

- (10) O título de um outro texto deste autor é sugestivo neste sentido: "Solon de Lucena - Ascensão Burguesa e Democracia na Paraíba."
- (11) OCTÁVIO, José ob. cit., p. 172-173. A UNIÃO escreve a respeito de Camilo de Holanda: "Felizmente temos à frente do poder público um homem esclarecido, que pela sua estadia nos velhos centros de cultura teve ocasião de observar as múltiplas faces que pode tomar o conflito entre o trabalho e o capital e está apto para tomar as medidas necessárias que julgar convenientes ao bem e a tranquilidade pública." A UNIÃO 10.08.1917 (ver Anexo 1). Seria importante ainda estudar o que realmente significou o lema - dar trabalho ao operário - utilizado no governo de João Lopes Machado, DIÁRIO DO ESTADO 03.07.1917.
- (12) OCTÁVIO, José Ob.cit., p. 177. O autor vê grande importância nas obras contra secas para a evolução paraibana nestas décadas.
- (13) A única referência a movimentos no campo, com exceção do cangaço, é o protesto dos trabalhadores das secas contra os salários atrasados quando da paralização das obras pelo Governo Artur Bernardes. OCTÁVIO, José Ob.cit., p. 203. Por outro lado, entre os setores populares urbanos, destaca-se um setor não industrial, mas que tem grande importância no nascimento do movimento operário no Brasil, os ferroviários. Já no século passado, existiam estradas de ferro na Paraíba, como a Conde D'Eu. LEONARDI, Victor "Ori

gens do Proletariado Industrial no Brasil" in MENDES, Jr. Antonio, MARANHÃO, Ricardo e Outros Brasil História: República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1979, p.218. A rede ferroviária somava 351 quilômetros implantados entre as duas últimas décadas do século XIX e primeira do século XX. Partindo da Paraíba (cidade) chega "a Pilar em 1833, Guarabira em 1884, Cabedelo em 1889, Itabaiana e Alagoa Grande em 1901 e Campina Grande, via Monteiro e Ingá, em 1907". OCTÁVIO, José ob. cit., p. 181. Em 1913, implanta-se a ferrovia de Borborema, de Guarabira à zona de Bananeiras, por imposição da cultura do café. Além disso, no oeste temos a Rede Viação Cearense, alcançando São João do Rio do Peixe, e Souza, em 1922. Ainda segundo o autor os primeiros anos da década de 20 são caracterizados por uma febre de construções de rodovias. Quanto aos estivadores, sua importância é diminuída, devido a utilização do porto de Recife, o que demonstra uma dependência em relação ao estado pernambucano.

(14) CARONE, Edgar A República Velha. São Paulo, Difel, 1978 p. 193.

(15) OCTÁVIO, José Ob. cit., p. 175 HARDMANN, Francisco Foot "Trabalho Urbano e Vida Operária" in MENDES Jr., Antonio; MARANHÃO, Ricardo e Outros Ob. cit., p. 278 escreve: "Como na Bahia - poucas indústrias e grandes concentrações (de força de trabalho) - são as indústrias Lundgren, na Paraíba."

(16) Dados do CENSO DE 1920. Para uma visão mais detalhada ver Quadro 10 e 11. A importância do algodão para tal proces

so de surgimento de indústrias pode ser indicada pelas 117 beneficiadoras de algodão implantadas entre 1910 e 1919 (o que significa aproximadamente 47% das "empresas" industriais). A indústria de fiação e tecelagem não alcança desenvolvimento na Paraíba até 1920. Em 1885, todo nordeste, exceto a Bahia, conta com apenas três fábricas desse tipo e antes disso, em 1876, as fábricas baianas exportam para todo nordeste, inclusive Paraíba. SAMPAIO, José Luis Pamponet A Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte 1891-1973. Salvador, Mestrado de Ciências Humanas, 1975, p. 55.

- (17) Entretanto deve-se ter um pouco de cautela com os dados de 1907, pois estes apontam, por exemplo, 36 estabelecimentos em 1907, na Paraíba. Pelos dados anteriormente usados (Censo de 1920), naquela data o estado teria, no mínimo, 42 "empresas". Para as comparações ver Quadro 1, 3 e 4.
- (18) Parece que a década de 20 é também uma década de expansão da indústria agro-canavieira. Em 1922, instala-se a usina Santa Rita; em 1923, aparecem a usina Tanques e Santa Alexandrina; em 1926, a Pedrosa (hoje Sant'Ana) e São Gonçalo; em 1931, a Santa Maria, em Areia. OCTÁVIO, José Ob. cit., p. 170. Ver Quadro 2.
- (19) A quase totalidade do operariado feminino paraibano está localizada na única grande indústria de fiação e tecelagem da Paraíba, a Tibiry e na indústria cigarreira. Ver jornais pesquisados, em especial, O NORTE 03.08.1917 e periódicos que se referem a greve dos cigarreiros, que tem participação feminina, inclusive na direção da parede. Ver

Quadros 5, 6 e 7.

(20) Ver Quadro 8.

(21) Das 167 beneficiadoras, 124 empregam de 5 a 9 operários, o que dá um total de 772 operários convivendo nestas indústrias. Outras 35 beneficiadoras ocupam até 4 trabalhadores, totalizando 130 operários. Finalmente nenhuma destas indústrias emprega mais de 50 operários. Ver Quadros 9, 12 e 13. Em 1922, segundo relatório do Serviço Federal do Algodão" o estado com 6 usinas, sendo 2 pertencentes às firmas Kroncke & Cia e Julius Von Sohsten & Cia; construídas nesta capital e outra em Cabedelo, respectivamente, e se dedicam somente a prensar o algodão vindo do interior em fardos próprios para a exportação. As outras quatro são duas da Sociedade Paraibana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão, sendo uma em Alagoa Grande e outra em Campina Grande; uma de Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, em Santa Luzia, e uma da Empresa Trajano de Medeiros, em Sapé." De resto o trabalho é feito em máquinas de serrar acionadas por animais e a vapor. ESTATÍSTICA ALGODOEIRA apud OCTÁVIO, José Ob. cit., p. 174.

(22) O NORTE, 04.07.1917. Acreditamos que a informações vinculadas pela imprensa durante a greve dos cigarreiros, em ju lho de 1917, sejam válidas para 1920, com poucas modificações.

(23) Este ramo tem dois estabelecimentos situados na faixa entre 100 e 199, entre as quatro indústrias da Paraíba acima de 100 trabalhadores. Ver Quadro 12 e 13.

- (24) Por exemplo, ver A UNIÃO 13.05.1917, 22.06.1917 e 08.01.1920 denunciando o preço do pão e algumas padarias e o NORTE 30.06.1917 onde se lê "... premidos pela horrorosa carestia de vida de que se recente a população mundial".
- (25) O NORTE 30.06.1917 fala em "salários diminutíssimos" quando da greve dos cigarreiros, ocasionada entre outros motivos pela falta de ventilação nas fábricas. O NORTE 27.06.1917. Sobre condições de trabalho, o jornal A UNIÃO, do Partido Republicano, escreve: "... a certas fábricas de cigarros desta capital, cujas condições higiênics eram das mais deploráveis, ameaçando não só a vida dos operários como também o equilíbrio da saúde pública".
- (26) Segundo CARONE, Edgar Ob. cit., p. 202 estavam presentes 37 entidades, sendo 25 de São Paulo, uma do Pará, duas do Rio Grande do Sul, três de Minas Gerais, uma de Pernambuco, duas da Bahia, uma de Sergipe, uma do Paraná e uma da Paraíba do Norte. Importante assinalar a participação de quatro estados nordestinos. Já LEONARDI, Victor "Os Socialistas Brasileiros e a Social Democracia" in MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo e Outros Ob. cit., p. 306 afirma a presença de 44 delegados, representando associações operárias e socialistas de sete estados, ou seja, todos os citados anteriormente com exceção de Minas Gerais e Sergipe.
- (27) Escreve CARONE, Edgar Ob. cit., p. 225: "De 13 a 25 de janeiro de 1909, funcionários da Great Western no Recife pedem aumento: diante da recusa, os trens param; logo aderem companheiros da Paraíba, Natal e Maceió. O governador quer conciliar, mas a companhia exige a volta ao trabalho. O co

mércio exige a volta ao trabalho. O comércio local apoia os grevistas, há comícios, cortam-se as linhas do telégrafo, até que se dá um acordo". Ver também sobre a greve dos ferroviários LEONARDI, Victor "Os Socialistas Brasileiros e a Social Democracia "... p. 318. Segundo a HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL a greve se iniciou no dia 12, teve uma participação de 8.500 ferroviários e obteve uma vitória parcial. Ver descrição da greve nas páginas 121 a 124.

(28) Ver CARONE, Edgar Ob. cit., p. 209-210; DIAS, Everardo História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1977 p. 277-281 e RODRIGUES, Edgar Alvorada Operária. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979, p. 189-194.

(28a) CORDEIRO, Cristiano "Depoimento " Plural. São Paulo, 1979 (julho/setembro), p. 42 diz: "Nessa época, no nordeste, o PCB tinha comitês formados em Recife, em João Pessoa, em Maceió e Natal.

(29) O NORTE 27.06.1917. Uma carta, datada do dia 28.08.1917 e publicada em O NORTE 29.06.1917, fala de movimento que "vem se operando há três dias". Para a descrição da greve são utilizados os seguintes jornais O NORTE (edição de 27, 28, 29, 30 de junho; 1, 3 e 4 de julho e 3 de agosto), A UNIÃO de 02.09.1917 e o DIÁRIO DO ESTADO de 3 e 04.07.1917.

(30) O NORTE, 27.06.1917 e 01.07.1917.

(31) A UNIÃO, 02.08.1917.

(32) O NORTE, 28.06.1917.

- (33) A tabela do S.G.T. é esta: "Cigarros desfiados em carteira a 2\$300 o milheiro, idem em maços redondos 2\$090, esmaçamento dos cigarros feito na máquina carteira, milheiro 400 réis, redondos \$300. Corte de seda, resma \$600. Destalação para cada fardo 4\$500. Diárias dos cortadores de fumo 4\$000. Diária de carregadores encarregados do transporte de cigarros - serviço de rua - 3\$000. Sevidor de máquina, diária 3\$000." A Tabela do Coronel Roque Barbosa propõe: "Cigarros e fumo picado qualquer marca, milheiro 1\$600, idem de fumo desfiado, milheiros redondos 1\$400, carteira 1\$500. Esmaçamento de cigarros feito à máquina; carteiras, milheiro \$200, maços redondos \$50. Destalação de fumo; mantemos o preço conhecido. Importaremos o fumo beneficiado no caso de não aceitarem".
- (34) O NORTE 29.06.1917. Ver Anexo 5 (entrevista do proprietário da "Planeta"), Anexo 6 (carta da "Triunfo") e Anexo 11 (carta do "Socialista").
- (35) O NORTE 30.06.1917. Pela tabela de conciliação fica definido o preço de 1\$200 (milheiro picado) e 1\$600 (do desfiado) O NORTE 01.07.1917.
- (36) O NORTE 01.07.1917.
- (37) O NORTE 03.07.1917 e DIÁRIO DO ESTADO 03.07.1917. Ver Anexo 7.
- (38) O NORTE 04.07.1917 e DIÁRIO DO ESTADO 04.07.1917.
- (39) O NORTE 10.07.1917.
- (40) DIÁRIO DO ESTADO 26.07.1917.

- (41) O NORTE 26.07.1917.
- (42) O NORTE 28.07.1917.
- (43) O NORTE 30.07.1917.
- (44) O NORTE 31.07.1917.
- (45) Carta de Isidro Gomes da Silva, presidente da Associação Comercial. O NORTE 03.08.1917.
- (46) O NORTE 04.08.1917. Ver os Anexos 6 (carta da Tibiry) 8 (movimento grevista, segundo visão de O NORTE) e 12 (manifesto da S.G.T.).
- (47) DIÁRIO DO ESTADO 08.08.1917, O NORTE 08.08.1917 e A UNIÃO 08.08.1917. Ver Anexo 3 (artigo do padre) e Anexo 9 (parte do artigo do DIÁRIO DO ESTADO). Parece que no dia 7 acontece um protesto ao "Bazar Tibiry". O NORTE 08.08.1917.
- (48) A IMPRENSA 15.08.1917. Este periódico diz que em suas oficinas os operários sempre trabalham oito horas.
- (49) A UNIÃO 15.08.1917 e O NORTE 15.08.1917.
- (50) A UNIÃO 02.09.1917.
- (51) O NORTE 05.09.1917.
- (52) RODRIGUES, Edgar Trabalho e Conflito: Pesquisa 1906-1937. Rio de Janeiro, Arte Moderna, s/d, p. 203.
- (53) A UNIÃO 28.01.1919.
- (54) A UNIÃO 13.05.1919.
- (55) LEUEROTH, Edgard Anarquismo: Roteiro da Libertação Social. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963 p. 131. BANDEIRA, Moniz e Outros O Ano Vermelho Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

leira, 1967 p. 162 não inclui a Paraíba entre os estados presentes.

- (56) A tabela reivindicada pelos ferroviários é a seguinte: "Até 150\$-60%; de 151\$ a 200\$ - 40%; 201\$ a 250\$ - 38% e de 251\$ a 300 - 20%. "A UNIÃO 19.03.1920.
- (57) Quando do encontro com Camilo de Holanda, os grevistas reivindicam que ele telegrafe ao presidente e ao ministro da Viação, o que é feito imediatamente após a visita. A Comissão de Ferroviários, por sua vez, constitui-se dos seguintes trabalhadores, além do advogado já citado: José Bezerra, líder do comitê grevista, Carlos Lago, Job Pinheiro, Chrispiano de Paula, Lourenço Assunção, Vicente Beto, Teodoro Soares, Saturnino Chaves, Manuel Borges, Anchises Peixoto, Manuel Martins, Firmo Cardoso, Leonel de Melo, Francisco Almeida, Manuel Ferreira Pinto, Jayme Brasil, Antonio Arcela, Belarmino Maurício, Odilon Luna e Duarte Machado. A UNIÃO 21.03.1920.
- (58) A UNIÃO 23.03.1920
- (59) A UNIÃO 25.03.1920. Ver Anexo 14 (nota dos grevistas).
- (60) A UNIÃO 26.03.1920. Houve um acidente com o "Troly" quando este regressava a capital, ficando várias pessoas feridas.
- (61) A UNIÃO 27.03.1920.
- (62) A UNIÃO 28.03.1920.
- (63) A IMPRENSA 01.04.1920. O jornal acha justa a greve e suas reivindicações realistas.
- (64) A UNIÃO 30.03.1920. Ver Anexo 2 (artigo sobre a greve) e Anexo 10 (acordo final).

- (65) Neste sentido, a greve dos cigarreiros é a mais dinâmica dado o nascimento de uma série de reivindicações secundárias durante a parede.
- (66) FAUSTO, Boris Ob. cit.
- (67) Sobre as polêmicas, escreve José Octávio: "Estouram então as polêmicas filosófico-religiosas de que será fértil a década de vinte na Paraíba. Pedro Anísio Bezerra Dantas contra o vigoroso anarco-sindicalista pernambucano Joaquim Pimenta..." OCTÁVIO, José Ob. cit., p. 192. Um ponto interessante a ser estudado é a influência do movimento proletário pernambucano sobre o paraibano.
- (68) RELATÓRIOS da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia para os anos 1916/1917 e 1918/1919.
- (69) RODRIGUES, José Albertino Sindicado e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1965 p. 50. MORAES FILHO, Evaristo. O Problema do Sindicato Único no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1973 p. 188 fala de Corporação Operária Cristã de Pernambuco.
- (70) OCTÁVIO, José. Ob. cit., p. 203. É interessante lembrar a atuação da Sociedade durante a parede dos ferroviários.
- (71) FREIRE, Carlos Coelho de Miranda. apud OCTÁVIO, José Ob. cit., p. 192.
- (72) Segundo LEONARDI, Victor "Os Socialistas Brasileiros e a Social-Democracia "... p. 307 o Centro é consequência do II Congresso: "apesar de sua fraqueza inicial o Partido Socialista Brasileiro, cuja criação fora decidida no Congresso de São Paulo, em 1902, conseguira criar vários núcleos

socialistas no Nordeste". Quanto ao socialismo marxista existe uma polêmica sobre sua presença ou não na Paraíba, em 1927. Epaminondas Câmara defende que ele era difundido desde aquela data, em Campina Grande, pela União Geral dos Trabalhadores que "funcionava numa casa da rua Progresso e, dirigida por uns mecânicos e pedreiros do Recife. "Octávio discorda da existência. Ver OCTÁVIO, José, Ob. cit., p. 202-203.

- (73) Os anarquistas também buscavam manter as qualidades morais do operariado. Na continuação do texto acima citado temos: "... jamais para vigiar os patrões". Entretanto parece que estas palavras não correspondiam completamente a verdade, pois os delegados, tanto no caso dos cigarreiros, como no dos estivadores, teriam a tarefa de fiscalizar uma série de questões trabalhistas que envolviam diretamente a atuação patronal.
- (74) Trechos citados estão no Manifesto do S.G.T. O NORTE 04. 08.1917, O S.G.T. parece ter sido fundado neste ano.
- (75) Com os estivadores não ocorre o mesmo, pois Porto utiliza do fundamentalmente é o de Recife.
- (76) Com relação ao jornal A IMPRENSA parece temerária qualquer afirmativa mesmo provisória. Talvez o caráter mais liberal de O NORTE simplesmente decorra de ter se trabalhado com este jornal só num ano de conjuntura favorável, 1917.
- (77) Este é um ponto comum e definidor dos jornais como meios de comunicação dos dominantes. Como exemplo temos "Somos pela recompensa equitativa ao operário sem ofensa aos interesses do capital e do comércio. "DIÁRIO DO ESTADO 01.08.

1917 A UNIÃO 10.08.1917, depois falar da "greve-exótica", da falta de cultura dos operários para "apreciar a justiça de suas pretensões, dos limites da greve; escreve: "Não nos move animosidade nem contra patrões, nem contra operários, pelo contrário desejamos a perfeita harmonia de uns e ou tros..."

(78) DIÁRIO DO ESTADO 08.08.1917.

(79) O-NORTE 29.06.1917.

(80) Bom exemplo de utilização simultânea pelas classes dominantes das duas formas básicas de dominação: a repressão policial (coerção) e hegemonia cultural (coesão). Seria interessante estudar as (des)articulações destas duas formas em momento concretos.

(81) Jornais citados: A UNIÃO 21.03.1920, 23.03.1920 e 30.03.1920. Como os subalternos parecem não ter meios de comunicação (Jornais) na Paraíba, nos anos estudados, há uma tendência, em particular no ano de 1917 nas primeiras manifestações, de buscar apoio nos jornais dominantes (ver diversas idas e agradecimentos à imprensa). Coisa que deixa de acontecer (ou ser noticiado). Por outro lado, a relação encontrada entre o movimento popular e imprensa subalterna é o telegrama dos ferroviários ao jornal A HORA SOCIAL.

QUADRO 1
INDÚSTRIA - 1919/1920
BRASIL/SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	ANOS	NÚMERO DE ESTABE- LECIMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
BRASIL	1907	2.988	136.420	-
	1920	13.336	275.512	-
SÃO PAULO	1907	314	22.355	110.754:391\$
	1920	4.415	83.998	986.110:258\$
BAHIA	1907	70	8.753	21.870:962\$
	1920	491	14.784	71.922:935\$
PARAÍBA	1907	36	1.161	3.307:059\$
	1920	251	3.035	33.137:059\$

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 1: CENSO DE 1920

QUADRO 2

UGINAS - 1907/1920

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	ANOS	NÚMERO DE ESTABE- LECIMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
SÃO PAULO	1907	12	1.831	-
	1920	12	1.468	-
BAHIA	1907	7	1.011	-
	1920	20	1.914	-
PARAÍBA	1907	5	270	-
	1920	2	260	-

FONTES PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 2: CENSO DE 1920

QUADRO 5

INDÚSTRIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO - 1907/1912/1920

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	ANOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS
SÃO PAULO	1907	118
	1912	3.321
	1920	1.144
BAHIA	1907	39
	1912	360
	1920	251
PARAÍBA	1907	16
	1912	103
	1920	51

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 3: CENSO DE 1920

QUADRO 4

INDÚSTRIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO - 1912

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS	Nº DE OPE- RÁRIOS	Nº MÉDIO DE OPERÁRIOS
SÃO PAULO	3.321	42.843	13
BAHIA	360	12.335	34
PARAÍBA	103	662	6

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 4: CENSO DE 1920.

QUADRO 5

INDÚSTRIAS - 1920 - NÚMERO DE EMPRESAS/OPERÁRIOS

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	Nº DE EMPREGADOS	Nº DE OPERÁRIOS
SÃO PAULO	95.175	83.996
BAHIA	16.174	14.784
PARAÍBA	3.589	3.035

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 5: CENSO DE 1920.

QUADRO 6

INDÚSTRIA - 1920 SEXO DOS EMPREGADOS

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	Nº DE EMPREGADOS	HOMENS	MULHERES
SÃO PAULO	95.175	66.459	28.716
BAHIA	16.174	6.426	9.748
PARAÍBA	3.589	2.708	881

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 6: CENSO DE 1920.

QUADRO 7

INDÚSTRIA - 1920 - SEXO E GRUPO ETÁRIO DOS OPERÁRIOS

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	Nº DE OPERÁRIOS	HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS
SÃO PAULO	83.998	51.655	25.909	4.028	2.426
BAHIA	14.784	4.653	9.377	418	336
PARAÍBA	3.025	2.062	817	98	58

FONTE DO QUADRO 7: CENSO DE 1920

QUADRO 3

INDÚSTRIA -- 1920 MOTORES/HP

SÃO PAULO/BAHIA/PARAÍBA

	Nº DE ESTABELE CIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMEN TOS C/MOTORES	H. P.
SÃO PAULO	4.145	2.028	94.099
BAHIA	491	130	7.147
PARAÍBA	251	175	2.249

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 3: CENSO DE 1920.

QUETRO 9
C S

INDÚSTRIA - 1920 CAPITAL/POÇA MOTRIZ/MOMERO DE OPERÁRIOS/VALOR DA PRODUÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE INDÚSTRIAS

PARAÍBA

GRUPO DE INDÚSTRIAS	Nº EST.	CAPITAL EMP.	H.P.F. MOTRIZ	Nº OP.	VALOR DE P. ANUAL	Nº MÉDIO DE OP.
1. Indústrias Têxteis	189	6.485:338\$	1.495	1.810	21.300:951\$	11
2. Indústrias de Couros, de Peles e de outras matérias duras do reino animal	4	852:900\$	191	174	3.898:733\$	43
3. Indústrias de madeiras	2	168:000\$	27	28	295:576\$	14
4. Metalúrgica	-	-	-	-	-	-
5. Cerâmica	4	141:183\$	25	47	165:440\$	12
6. Produtos Químicos e Análogos	7	3.950:833\$	292	233	2.310:649\$	33
7. Indústria da Alimentação	31	1.545:721\$	177	420	4.294:286\$	14
8. Indústria do Vestuário e Têxtil	22	546:290\$	8	144	932:147\$	7
9. Indústria do Mobiliário	2	325:750\$	34	75	537:810\$	37
10. Indústria de Edificação	9	119:150\$	-	96	315:869\$	10
11. Construção de aparelhos de transporte	1	1:000\$	-	-	5:590\$	-
12. Produção e transmissão de forças físicas	-	-	-	-	-	-
13. Indústrias relativas às ciências, l. e a ind. de luxo	-	-	-	-	-	-
TOTAL	251	14.136:173\$	2.269	3.055	33.137:059\$	12

QUADRO 10

INDÚSTRIA - 1920 ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS RECENSEADOS EM 1 DE
 SETEMBRO DE 1920, SEGUNDO A ÉPOCA DA FUNDAÇÃO

PARAIBA

GRUPOS INDUSTRIAIS	Nº DE EST.	ATÉ 1889	1890 1914	1915 1919
I - Ind. Têxteis	169	4	103	62
II - Ind. de couros, de peles e ou- tras matérias duras do reino animal	4	-	3	1
III - Ind. de madeiras	2	-	2	-
IV - Metalurgica	-	-	-	-
V - Cerâmica	4	-	4	-
VI - Produtos Químicos e Análogos	7	1	4	2
VII - Ind. de Alimentação	31	2	15	14
VIII - Ind. do vestuário e tocador	22	-	12	10
IX - Ind. de Mobiliário	2	-	1	1
X - Ind. de Edificação	9	2	5	2
XI - Construção de Aparelhos de Transporte	1	-	-	1
XII - Produção e transmissão de for- ças físicas	-	-	-	-
XIII - Ind. relativas às Ciências, Le- tras e Artes Ind. de luxo	-	-	-	-
TOTAL	251	9	149	93

FONTE DO QUADRO 10: CENSO DE 1920

QUADRO 11

INDÚSTRIA - 1920 - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO A
ÉPOCA DA FUNDAÇÃO - PARAÍBA

PERÍODOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS
1850 a 1854	1
1855 a 1859	-
1860 a 1864	-
1865 a 1869	-
1870 a 1874	1
1875 a 1879	3
1880 a 1884	2
1885 a 1889	2
1890 a 1894	7
1895 a 1899	6
1900 a 1904	20
1905 a 1909	46
1910 a 1914	70
1915 a 1919	93

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 11: CENSO DE 1920

INDÚSTRIA - 1920 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE TRABALHAM NÚMERO DE OPERÁRIOS

PARAÍBA

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	Nº DE EST.	ATÉ 4	5-9	10-19	20-49	50-99	100 199	200 499	500 999	1.000 e mais
1. Indústrias Têxteis	169	35	124	6	3	-	-	-	1	-
2. Ind. de couros, de peles e de outras matérias duras do reino animal	4	1	1	-	-	-	2	-	-	-
3. Ind. de Madeiras	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-
4. Metalurgia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Cerâmica	4	-	2	1	1	-	-	-	-	-
6. Produtos Químicos e Análogos	7	4	-	-	-	3	-	-	-	-
7. Ind. de Alimentação	31	10	8	2	1	1	-	1	-	-
8. Ind. do Vestuário e Tecedor	22	11	9	-	1	-	-	-	-	-
9. Ind. do Mobiliário	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-
10. Ind. da edificação	9	1	1	6	1	-	-	-	-	-
11. Construção de aparelhos de transporte	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Produção e Transmissão de forças físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Inds. relativas às ciências, letras e artes Ind. de Luxo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	251	71	146	10	7	5	2	1	1	-

FONTE DO QUADRO 12: CENSO DE 1920

QUADRO 13

INDÚSTRIA - 1920 NÚMERO DE OPERÁRIOS OCUPADOS NOS ESTABELECIMENTOS QUE TRABALHAM - NÚMERO DE CRIANÇAS

PARAIBA

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	Nº OP.	ATE 4	5-9	10-19	20-49	50-99	100 199	200 499	500 999	1.000 e mais
1. Indústrias Têxteis	1.818	130	772	70	83	-	-	-	753	-
2. Ind. de Couros, de peles e de outras matérias duras do reino animal	174	1	6	-	-	-	167	-	-	-
3. Ind. de Madeiras	28	-	9	19	-	-	-	-	-	-
4. Metalurgia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Cerâmica	47	-	16	11	20	-	-	-	-	-
6. Produtos Químicos e Análogos	233	5	-	-	-	225	-	-	-	-
7. Ind. da Alimentação	420	37	49	25	27	60	-	202	-	-
8. Ind. do vestuário e do trapeador	144	35	59	14	36	-	-	-	-	-
9. Ind. do Mobiliário	75	-	-	16	-	59	-	-	-	-
10. Ind. da Edificação	96	3	9	62	22	-	-	-	-	-
11. Construção de Aparelhos de Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Produção e Transmissão de Forças Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Ind. relativas às Ciências, Letras e Artes, Ind. do Livro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.015	214	920	217	183	364	167	202	753	-

FONTE DO QUADRO 13: CENSO DE 1920

QUADRO 14

CRONOGRAMA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

PARAÍBA 1901/1930

ANO	DIA/MÊS	ACONTECIMENTOS
1902	28 a 31.05	Paraíba participa do II Congresso Socialista
1909	13 a 25.01	Greve dos ferroviários da Great Western
1912	07 a 15.11	O Partido Operário da Paraíba do Norte participa do IV Congresso Operário
1917	26.06 a 03.07	Greve dos Cigarreiros
1917	29.06	Comício dos tipógrafos em solidariedade a greve
1917	25.07	Greve dos jornaleiros da Great Western
1917	25.07 a 30.07	Greve dos operários da casa Kroncke & Cia
1917	27.07	Reivindicações dos estivadores
1917	29.07	Festa, passeata e comício operário em Santa Rita
1917	30.07 a ?	Greve dos tecelões da Tibiry
1917	30.07 a ?	Greve dos jornaleiros da Great Western
1917	30.07	Passeata e comício operário
1917	30.07 a ?	Greve dos operários da Casa Iona & Cia.
1917	?	Greve dos carroceiros
1917	?	Greve das costureiras
1917	?	Greve dos alfaiates
1917	?	Greve do armazém de couros?
1917	?	Greve da fábrica de óleo?
1917	03.08 ?	Protesto dos estivadores
1917	07.08	Comício organizado pelo Sindicato Geral do Trabalho contra Associação Comercial
1917	?	Greve dos trabalhadores da Great Western
1917	08.08 ?	Protesto contra fábrica Tibiry

CRONOGRAMA DE MOVIMENTOS SOCIAIS (CONTINUAÇÃO)

ANO	DIA/MÊS	ACONTECIMENTOS
1917	? a 14.08	Greve dos estivadores
1917	13.08 ?	Comício pela jornada de 8 horas
1918	?	Greve dos operários da Escola Normal
1919	?	Greve da empresa de luz, força e tração
1919	27.01 ?	Protestos e depredações
1919	11.05	Comício pela jornada de 8 horas
1919	12.05	Entrega do memorial de reivindicações ao Governador
1919	21 a 23.07	Paraíba representada na fundação do Partido Comunista anarquista
1920	19 a 28.03?	Greve dos ferroviários da Great Western
1920	20.03	Alagça Grande Solidária Greve
1920	23.03	Comício pela greve
1920	26.03	Show circense para grevistas organizado pela Sociedade de Artistas Mecânicos Liberais
1920	? 03	Comício final da greve
1930	?	Comitê do Partido Comunista do Brasil

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 14: PESQUISAS BIBLIOGRÁFICA E EM JORNAIS

QUADRO 15

GREVES

PARAIBA 1909/1920

ANO	DIA/MÊS	CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO
1909	13 a 25.01	Ferrovários da Great Western
1917	25.06 a 05.07	Cigarreiros
1917	25.07	Jornaleiros da Great Western
1917	25.07 a 30.07	Operários da Casa Kroncke & Cia
1917	30.07 a ?	Tecelões da Tibiry
1917	30.07 a ?	Jornaleiros da Great Western
1917	30.07 a ?	Operários da Casa Iona & Cia
1917	?	Carroceiros
1917	?	Costureiras
1917	? a 03.08(?)	Alfaiates
1917	?	Armazem de couros?
1917	?	Fábrica de óleo
1917	?	Trabalhadores da Great Western
1917	? a 14.08	Estivadores
1918	?	Operários da Escola Normal
1919	?	Empresa de Luz, Força e Tração
1920	19 a 28.03(?)	Ferrovários da Great Western

FONTE PARA ELABORAÇÃO DO QUADRO 15: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E EM JORNAIS

QUADRO 16

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

PARAÍBA

ANO	DIA/MÊS	CONGRESSO	ENTIDADE
1902	20 a 31.05	II C. Socialista	(Uma)
1912	07 a 15.11	IV C. Operário	Partido Operário
1919	21 a 23.07	C. Fundação do PC (A)	

FONTE DO QUADRO 16: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.

QUADRO 17

ASSOCIAÇÕES

PARAÍBA/NORDESTE

NOME	DATA DA PRIMEIRA REFERÊNCIA	LOCAL
Centro Protetor dos Operários da Paraíba	Por volta de 1902-1905	João Pessoa Cabealo
Partido Operário da Paraíba do Norte	7 a 15.11.1912	
Sindicato Geral dos Trabalhadores	27.06.1917	
Sindicato do Trabalho de Estivas	28.07.1917	
Associação dos Empregados no Comércio da Paraíba do Norte	24.02.1918	
União Caixeiral da Paraíba	07.03.1920	João Pessoa Campina Grãdo
Sociedade de Artistas Operários Mecânicos Liberais da Paraíba	07.03.1920	
União Geral dos Trabalhadores	1927	
União dos Retalhistas		Cajazeiras
Círculo Operário		
<u>Associações Regionais que atuavam na Paraíba</u>		
Federação ou Corporação Operária Cristã de Pernambuco	29.08.1905	Recife
União Ferroviária do Nordeste	30.03.1920	(Nordeste)

FONTE DO QUADRO 17: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA EM JORNAIS

QUADRO 18

PESSOAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

PARAIBA

NOME	PROFISSÃO	LIGAÇÃO
Adélia Gama	Op. Cigarreira	Delegada da Categoria
Agostinho Batista		
Alfredo (ou Walfredo) Oliveira		
Anchises Peixoto	Ferroviário	
Aniceto José de Souto	Op. Cigarreiro	
Antonio Arcela	Ferroviário	
Antonio Bento Monteiro	Op. Cigarreiro	
Antonio Botto	Advogado	Sociedade dos A.O. Metalúrgicos Liberais
Antonio de Lyra Pinto Filho	Op. Cigarreiro	
Antonio (?) de Melo	Op. Cigarreiro	Delegado da Categoria
Antonio Porgi	Op. cigarreiro	Membro do C.C. do S.G.T.
Belarmino Maurício	Ferroviário	
Benjamin Ferreira Daltro	Estivador	
Candido Viana		
Carlos Lago	Ferroviário	
Castricimo Gomes de Castro		
Celso Affonso	Médico ou Advogado	
Chrispiniano de Paula	Ferroviário	
Duarte Machado	Ferroviário	
Elisa Paceco	Op. cigarreira	Delegada da Categoria
Firmino Canoso	Ferroviário	
Flaviano Mendes		
Floriano Oliveira		
Francisco Almeida	Ferroviário	
Francisco Moreira César	Op. cigarreiro	
Francisco Plácido de Assis		Pres. da S.A. O. Metalúrgicos e Liberais

PESSOAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS (CONTINUAÇÃO)

NOME	PROFISSÃO	LIGAÇÃO
Francisco Sales Cavalcanti		
Germina Freira	Op. Tecelã	Militante do S.G. do Trabalho
Hermenegildo Junior	Op. Cigarreiro	
Isaias Coçreia	Op. Cigarreiro	
Janira (?) Ferreira	Op. Cigarreira	
Jayne Brasil	Ferroviário	
Joana Henrique Ferreira de Novaes	Op. cigarreira	Delegada da Categoria
João Eugenio de Oliveira	Op. Cigarreiro	Membro do C.C. do S. G.T.
João da Rocha	Ferroviário	Pura Greve
João Falcão	Professor	
João Machado da Silva	Médico ou Advogado	
João Paulo Filho	Op. cigarreiro	Delegado da Categoria
João Paulo (ou Pedro) Calazans da Mata	Estivador	
João "Vermelho"		
Joaquim Pereira do Nascimento		
José Pinheiro	Ferroviário	
José Augusto		
José Bezerra	Ferroviário	Presidente do Comitê Grevista
Leonel de Mello	Ferroviário	
Leonel de Oliveira Cruz		
Lourenço Assunção	Ferroviário	
Luciano Guedes	Op. Cigarreiro	
Luiz França Bezerra		
Luiz Francisco (ou Franco) de Sousa	Op. cigarreiro	Delegado da Categoria
Luiz José França		
Maria Moraes	Op. Tecelã	Militante do S.G. do Trabalho
Manoel Borges	Ferroviário	
Manoel Ferreira	Pedreiro	Membro do S.C. do SGT Delegado do Sindicato

PESSOAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS (CONTINUAÇÃO)

NOME	PROFISSÃO	LIGAÇÃO
Manoel Ferreira Pinto	Ferroviário	Dos Ferroviários
Manoel José dos Santos	Estivador	
Manoel Martins	Ferroviário	
Manoel Waldemar		
Miguel Santa Cruz	Advogado	
Odilon Luna	Ferroviário	
Paulo de Miranda		
Pedro Inácio da Costa	Estivador	
Rubens Araujo		
Saturnino Chaves	Ferroviário	
Severino Pessoa		
Sizenando Costa	Professor	
Theodoro Soares	Ferroviário	
Ulysses de Oliveira	Tipógrafo (O NORTE)	
Vicente Neto	Ferroviário	

FONTE DO QUADRO 18: PESQUISA EM JORNAIS

TÍTULOS DESTA SÉRIE:

1. MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY, Rastros de Tragédia, agosto, 1983.
2. CLÁUDIO ANTONIO G. EGLER. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil, setembro de 1983.